



Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. REQ. N. 2081/16, DATADO DE 13/12/2016 – PC N.º 458/16, DATADO DE 27/10/2016 – MARIA CRISTINA MOTA FILIPE GÂNDARA
3. REQ. N. 2075/16, DATADO DE 12/12/2016 – PC N.º 159/16, DATADO DE 24/08/2016 – CECÍLIA MARIA RAMOS PIMENTA PEREIRA
4. REQ. N. 1999/16, DATADO DE 25/11/2016 – PC N.º 487/16, DATADO DE 25/11/2016 – JOSÉ ANTÓNIO DUARTE DE CARVALHO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
5. REQ. N. 1912/16, DATADO DE 11/11/2016 – PC N.º 475/16, DATADO DE 11/11/2016 – CÁTIA ALEXANDRA DOMINGUES LOURENÇO E PEDRO MIGUEL DOMINGUES CONDE
6. REQ. N. 1819/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 454/16, DATADO DE 26/10/2016 – SILVINA DUARTE PARREIRA DOS SANTOS

7. REQ. N. 1964/16, DATADO DE 21/11/2016 – PC N.º 436/16, DATADO DE 14/10/2016 – EDGAR DAVID LOURENÇO ALMEIDA
8. REQ. N. 2093/16, DATADO DE 14/12/2016 – PC N.º 412/15, DATADO DE 05/11/2015 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES
9. REQ. N. 2106/16, DATADO DE 15/12/2016 – PC N.º 296/16, DATADO DE 27/07/2016 – IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS,LDA.
10. REQ. N. 2054/16, DATADO DE 07/12/2016 – PC N.º 248/16, DATADO DE 27/06/2016 – TERESA MARGARIDA SOARES FERREIRA DE SOUSA
11. REQ. N. 2072/16, DATADO DE 09/12/2016 – PC N.º 410/15, DATADO DE 04/11/2015 – AMILCAR DA SILVA SANTOS E LUZIA CARMO FERREIRA PEDROSA SANTOS
12. REQ. N. 2076/16, DATADO DE 12/12/2016 – PC N.º 504/16, DATADO DE 12/12/2016 – PAULO MANUEL DOS SANTOS ALMEIDA
13. REQ. N. 2103/16, DATADO DE 15/12/2016 – PC N.º 93/16, DATADO DE 17/03/2016 – CÉLIA MARIA DINIZ FEIJÃO
14. REQ. N. 2038/16, DATADO DE 30/11/2016 – PC N.º 267/16, DATADO DE 07/07/2016 – PAULO JOSÉ CALADO SIMÃO
15. REQ. N. 1918/16, DATADO DE 14/11/2016 – PC N.º 225/16, DATADO DE 13/06/2016 – CONSTANTINO JOSÉ ALVES PEREIRA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
16. REQ. N. 2080/16, DATADO DE 12/12/2016 – PC N.º 116/09, DATADO DE 02/06/2009 – SANDRA MARINA FERREIRA, UNIPESSOAL LDA
17. REQ. N. 2135/16, DATADO DE 21/12/2016 – PC N.º 619/2016, DATADO DE 21/12/2016 – ANISABEL PEREIRA DA SILVA VIEIRA GOUVEIA
18. REQ. N. 1782/16, DATADO DE 20/10/2016 – PC N.º 508/2016, DATADO DE 20/10/2016 – JOSÉ MANUEL PEREIRA CARVALHO
19. REQ. 1893/16, DATADO DE 09/11/2016; PL 296/08, DATADO DE 12/09/2008 - FLORA MARIA F. FERNANDES AGOSTINHO PASCOAL CARVALHO E OUTROS - LOTEAMENTO – VERGIEIRAS – MARINHA GRANDE
20. PEDIDO PARA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO DESTINADO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - ENTRADA N.º E/9770/2016

21. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
22. AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
23. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: CLÁUDIO MIGUEL ALVES FERREIRA - DEFERIMENTO.
24. *“CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA REDE VIÁRIA DO CONCELHO - CP N.º 09/2016”* - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS.
25. 26.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016
26. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA” – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016
27. P.A. N.º 72/2016-AP/DISU – “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES - ADJUDICAÇÃO
28. P.A. N.º 24/2015-AP/DISU - “FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUINDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INÍCIO PREVISTO EM AGOSTO DE 2015 E ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2016”. APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS.
29. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015 – RETIFICAÇÕES.
30. RELATÓRIO DE AUDITORIA SEMESTRAL, 1.º SEMESTRE DE 2016, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 77 DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO
31. DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À ESCOLA BÁSICA PROF. FRANCISCO VERÍSSIMO
32. DOAÇÃO DE OBRA DO ARTISTA JAVIER GÓMEZ
33. DOAÇÃO DE CONJUNTO DOCUMENTAL PERTENÇA DO SR. FERNANDO JESUS PEREIRA LUZ
34. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE PARA PARTICIPAÇÃO EM PROVAS DO CAMPEONATO NACIONAL DE PATINAGEM DE VELOCIDADE

35. CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVAS A APOIOS PARA 2017.
36. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2015/2016 – 2.ª FASE
37. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2016/2017 – 1.ª FASE
38. APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2º E 3º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2016/2017.
39. APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1.º, 2.º E 3.º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2016/2017.
40. APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA OBRAS DE REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO, PINTURA INTERIOR E EXTERIOR DAS INSTALAÇÕES DO SPORTING CLUBE MARINHENSE, REPARAÇÃO DO PAVIMENTO DO RECINTO DESPORTIVO E DA ÁREA ENVOLVENTE DO MESMO, EM 2016.
41. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – SPORTING CLUBE MARINHENSE.
42. APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA A FESTA DA EMBRA 2016.
43. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – SPORT LISBOA E MARINHA.
44. APOIO FINANCEIRO À CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA DA MOITA E MARINHA GRANDE PARA REALIZAÇÃO DE UM FESTIVAL HIPICO EM 2015 - INCUMPRIMENTO DO CONTRATO-PROGRAMA E EXCLUSÃO DA CANDIDATURA RELATIVA AO ANO DE 2016 – AUDIÊNCIA PRÉVIA

45. APOIO FINANCEIRO CLUBE DESPORTIVO MOITENSE PARA REALIZAÇÃO DO DA 64.ª CIRCUITO DE CICLISMO E PROGRAMA DE FUNCIONAMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE EM 2015 - INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS-PROGRAMA, DEVOLUÇÃO DE VERBAS E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVA AO ANO DE 2016 E 2017
46. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SÃO SILVESTRE PARA SUPORTE DAS DESPESAS COM A CONSTRUÇÃO DA FASE 1.1. DAS FUTURAS INSTALAÇÕES DO SERVIÇO DOMICILIÁRIO, CENTRO DE DIA, CENTRO DE CONVÍVIO E ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS. ADITAMENTO APOIO À ASSOCIAÇÃO S. SILVESTRE, MOITA, PARA A CONSTRUÇÃO DO LAR CENTRO DE DIA – FASE 1.1
47. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CLUBE DE ATLETISMO DA MARINHA GRANDE – INCUMPRIMENTO DE CONTRATO-PROGRAMA
48. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE – INCUMPRIMENTO DE CONTRATO-PROGRAMA
49. CLUBE DESPORTIVO “OS VIDREIROS” – INCUMPRIMENTO DE CONTRATO-PROGRAMA
50. DELIBERAÇÃO DE 01 DE SETEMBRO DE 2016 – APOIO FINANCEIRO AO CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA PARA COLOCAÇÃO DE UM RELVADO SINTÉTICO NAS SUAS INSTALAÇÕES
51. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Antes de dar a palavra ao público inscrito, o Sr. Presidente referiu os seguintes assuntos:

- ⇒ deu as Boas Festas a todos, desejando um bom ano de 2017;
- ⇒ distribuiu a todos o calendário das reuniões da Câmara Municipal para o ano de 2017, que se anexa à presente ata (**Anexo 2**);
- ⇒ pediu desculpa pelo envio da ordem do dia da presente reunião um dia mais tarde do que o prazo legal, que se ficou a dever à tolerância de ponto do dia 26 de dezembro;
- ⇒ informou que o ponto 6 da ordem do dia será retirado, para melhor esclarecimento de algumas dúvidas.

## **1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

**Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.**

**Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:**

**1 - Sr. Vítor Manuel Moura Cruz Marques**, residente na Rua Impasse Fonte dos Ingleses, n.º 11, Engenho, Marinha Grande, membro do Clube de Atletismo da Marinha Grande, mas que hoje vem em nome pessoal manifestar o seu descontentamento sobre o centro de custos do Clube. A coletividade não está obrigada a ter centro de custos, mas em dezembro de 2015 assinaram um contrato-programa que obriga a ter este centro de custos, e por isso este ano ainda não receberam qualquer apoio. Pensavam que o contrato-programa que assinaram na véspera de Natal era igual ao dos anos anteriores, mas não era, e não lhes foi dado conhecimento dessa alteração, cuja lei já vem desde há 8 anos e só agora é que foi posta em prática. Assinaram o contrato de boa-fé, confiando na Câmara, só que não estão preparados para cumprir a alínea que obriga a ter contabilidade com centro de custos. Já contrataram uma empresa de Leiria para fazer este trabalho, que lhes pediu 200€.

O munícipe aproveitou a ocasião para deixar os seguintes alertas:

- sobre a utilização da pista de atletismo pelas marchas, chamou a atenção para a necessidade de ser preservada, pois é utilizada diariamente pelos atletas;
- em relação à manutenção da pista, chamou a atenção para alguns problemas que tem, designadamente a relva que se está a infiltrar por debaixo;
- alertou para a situação das carrinhas que se encontram nos estaleiros há 8 anos e que precisam de colocar uma cobertura.

**2 - Sr. Eduardo Fernando Santos Barros**, residente na Rua 25 de Abril, n.º 30, Vieira de Leiria, que foi representado pelo Sr. Joaquim Rodrigues, que expôs o seu problema, relacionado com as obras de requalificação da estrada que liga Vieira de Leiria à Praia da Vieira, e o impacto financeiro que estão a causar ao seu negócio de restauração. O estabelecimento está a ser prejudicado por falta de acessos ao mesmo, causando-lhe dificuldades, porque é o seu meio de subsistência. Para documentar o que afirmou fez entrega de um resumo escrito dos problemas, acompanhado de algumas fotos do antes e depois das obras.

**3 - Sr. Carlos Domingues Franco**, residente na Rua dos Loureiros da Mata, n.º 14, Comeira, Marinha Grande, que se inscreveu para continuar a falar sobre o movimento associativo da Marinha Grande.

Lamentou o caso da coletividade da Garcia, que para fazer obras tiveram que ser os seus dirigentes a empenhar-se.

Os clubes não têm que ter contabilidade de custos e não percebe porque é que agora se alterou quando a lei já é de 2009. Noutros concelhos não se passa isto.

Na reunião de Câmara de 21 de novembro foi retirada do orçamento uma verba para a coletividade da Comeira, e em conversa com os Vereadores percebeu que eles julgavam que era por falta de entrega de documentos, mas não é verdade. E nessa mesma reunião foi aprovada uma verba de 50.000€ para as festas de fim-de-ano. Não percebe como não se consegue resolver o problema da Comeira e depois em 15 dias aprova-se uma verba como esta.

Terminou pedindo explicações sobre o centro escolar da Comeira.

**4 - Sr. Francisco José Almeida Gomes**, residente na Rua de Leiria, n.º 112, Marinha Grande, que se inscreveu para solicitar a retirada dos contentores do lixo instalados junto à parede do Hotel Cristal, na Praia da Vieira.

Não esteve presente.

**5 - Sr. Joaquim Loureiro Andrade**, residente na Praceta do Vidreiro, n.º 4, 2.º esq.º, Marinha Grande, que abordou os seguintes assuntos:

- na ata n.º 10, da reunião de 31/03/2016, constam alguns pedidos que fez e que até agora nenhum foi atendido;
- tem tido problemas com a alteração da denominação da sua morada, de Praceta Vítor Gallo para Praceta do Vidreiro;
- apelidou os serviços de águas de “bagunça”, porque tentou dar a contagem por telefone e só lhe apareceu uma gravação;
- no dia 15 de dezembro viu máquinas no Parque Mártires a tirar cepos, só que deixaram lá um, do lado do parque das crianças. Quem fiscaliza?
- questionou: o que está a ser feito ao pé do cemitério? Onde está a placa identificativa da obra?

**O Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

⇒ Obra Vieira/Praia – começou há cerca de 1 mês, está a ser feita por fases, para não incomodar tanto os moradores e para haver alternativas de circulação da Vieira para a Praia. A empresa tem tentado minimizar os problemas criados aos moradores. Em relação às redes de águas estão a ser feitas primeiro e só depois de feitas se podem inutilizar as existentes, daí ocuparem toda a faixa de rodagem. O estabelecimento do Sr. Eduardo tem acesso, porque foi ao local e verificou, embora não se possam fazer as obras e colocar as infraestruturas sem que haja inconvenientes para os moradores e para a circulação. O local mais difícil será no aqueduto do Ribeiro da Tábua.



Terminou pedindo a compreensão do munícipe, porque apesar de haver acesso ao estabelecimento, as obras acarretam sempre incómodos.

- ⇒ Sr. Andrade – vai verificar se a alteração da morada foi pedida por escrito.  
Em relação ao Parque Mártires do Colonialismo, foi informado que estavam a ser retirados os cepos, pelo que vai ver porque é que não foi retirado o que está junto ao parque infantil.  
Já pediu aos serviços para colocarem a placa da obra da oficina da música.  
Terminou informando quen ão tem aqui a ata com os outros pedidos que efetuou, mas normalmente eles são encaminhados para os serviços.

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira respondeu o seguinte, no âmbito da sua área de atuação:**

- ⇒ Sr. Carlos Franco – o processo da Garcia foi exemplar, porque todos cumpriram e o campo sintético está lá, a Câmara já pagou ao clube e estes cumpriram também na íntegra.  
Em relação às festas de fim de ano o valor do artista não é o que referiu, porque vai ser contratado outro artista, mas são valores substancialmente inferiores aos que referiu e que foram falados na reunião de Câmara de 21 de novembro.



**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Coletividades – o atual sistema não funciona e sente-se incomodada que nada seja feito. Entende que se deve fazer um esforço para modificar e deve partir do executivo permanente.  
Viu na agenda o incumprimento por parte de 3 clubes e a intenção de retirar os apoios. Não é agora em 10 dias que vão resolver o que não conseguiram durante todo o ano. Não quis acreditar na leviandade com que estes pontos são apresentados, pelo que vai propor, no âmbito da discussão dos mesmos, que foi relegada para o fim da reunião, talvez para não estar ninguém na sala, a suspensão imediata do regulamento e a elaboração de novo regulamento. Os serviços jurídicos deverão ler com atenção a lei, designadamente o art.º 29.º, e ao elaborarem um novo regulamento deverão analisar no sentido de não considerarem de modo culposo o não cumprimento do contrato. Percebe que haja incumprimento, mas que seja um incumprimento não culposo.

Por outro lado também não percebe o entendimento do executivo permanente relativamente ao n.º 2 do art.º 20.º, por isso convidou a Sr.ª Vereadora a ver esta situação com o Gabinete Jurídico.

Referiu ainda que sente como se fosse na sua pele ver aqui pessoas que com amor à camisola e a trabalharem para bem do concelho e dos jovens, não são apoiadas por não entregarem um papel. Tem vergonha que se ponha sequer a hipótese de se fazer isto, de não dar o apoio e de não fazer um esforço para se resolver o problema. As coletividades prestam à Câmara e ao concelho um serviço público. Entende que não há incumprimento culposo e irá colocar as questões na altura da discussão dos pontos agendados.

- ⇒ Cães – colocou novamente a questão porque esta semana teve que fugir do Bambi com os filhos porque foram para lá 3 cães grandes. Também viu uma senhora a passear o seu cão e que foi atacada. Não se pode passear em S. Pedro nem na Marinha Grande, nem sequer ter criação nas capoeiras, conforme é mencionado no abaixo-assinado que chegou à Câmara.

Face a esta situação pretende que o Sr. Presidente informe que medidas estão a ser tomadas.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Relativamente aos contratos-programa partilha da opinião da Sr.ª Vereadora Alexandra. Há uma história com estes contratos e os prejudicados têm sido os clubes. Os Vereadores da oposição têm tido a preocupação da alteração dos contratos-programa. O diploma regula os grandes apoios ao desporto e prevê a revisão dos contratos. Porque não foi feito? A interpretação da Sr.ª Vereadora Alexandra é a correta: só nos valores superiores a 50.000€ é que os clubes têm que ter contabilidade de custos, e é para o desporto.

Os Vereadores é que mandam na Câmara. Os contratos-programa estão armadilhados, e isso foi feito quando era Vereador, para liquidar o Vereador da CDU, tal como foi feito o mesmo com a Vereadora Alexandra, em relação à Carta Educativa. Foram armadilhados para liquidar os Vereadores ad CDU e quem ficou prejudicado foram os clubes.

- ⇒ Sr. Eduardo Barros – compreende a sua situação, mas as obras têm que ser feitas. Pediu ao Sr. Presidente que se façam todos os esforços para minimizar os seus prejuízos.
- ⇒ Sr. Andrade – traz aqui pequenas coisas mas que são importantes.
- ⇒ Transportes escolares – parece-lhe que a empresa que ganhou o concurso é a mesma que já trabalhou com a Câmara e que trouxe enormes problemas, pelo que gostaria de saber se é assim.
- ⇒ Resinagem – pediu uma vez mais a informação sobre a notificação ao empreiteiro dos problemas da obra (a Sr.ª Vereadora Alexandra disse que também já pediu esses documentos). É verdade que há humidade por ser um edifício velho, mas o que se passa com as portas é devido à má qualidade.

⇒ Protocolo com a Junta de Freguesia da M.<sup>a</sup> Grande sobre a Orquestra Juvenil – em agosto/2015, quando entregou os pelouros, tinha feito chegar ao Presidente Álvaro Pereira um protocolo, porque a decisão era do Presidente da Câmara, e as conversações posteriores, já com o Presidente Paulo Vicente, levam a que seja feito um protocolo, que foi assinado em julho/2016. Na última cláusula desse protocolo diz que o mesmo só produz efeitos a partir da assinatura, e desde o início do ano até essa data passaram 6 meses, e a Câmara não paga à Junta esses 6 meses. Por isso perguntou: de quem é a Orquestra?

O **Sr. Presidente** pediu a presença do Dr. Miguel Crespo, Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, para esclarecer na interpretação do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cidália Ferreira** enquadrou a questão em relação aos centros de custos: perceber se é obrigatório ou não considerar nos contratos-programa de desenvolvimento desportivo o cumprir desta cláusula.

O **Dr. Miguel Crespo** informou o seguinte (transcrição de excertos da gravação da reunião):

*“Também é preciso perceber bem o que é que significa o centro de custos de acordo com o que está aí, porque de acordo com o que está aí o que é essencial que se perceba na contabilidade das associações é que, nós damos 1.000 euros, imagine-se, para uma prova e isso entra na receita e portanto na componente que é preciso associar a essa componente a despesa relacionada com isso, ou seja, não me parece que o que esteja em causa seja a necessidade de se adotar contabilidade analítica. A questão é de se perceber que damos 1.000 e que estes 1.000 foram para onde? No fundo é disponibilizar isso nas contas, parece-me que é o que está aí.*

*Em qualquer caso a questão da remissão “sem prejuízo do número anterior” eu creio que não é para os 50.000, creio que é para a primeira parte, que é a questão da certificação das contas. Sem prejuízo da certificação, e admito interpretações diferentes, mas sem prejuízo da certificação de contas há centros de custo. Tem de haver alguma proporcionalidade. (...)*

*Para mim a questão é que tem que ficar identificado que isto é aquilo, mas admito interpretações naturalmente diferentes.”*

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que o Dr. Miguel Crespo tem a sua interpretação, mas diz que admite outra, e tem mesmo que admitir, porque quando se refere o número anterior é todo, não é a primeira parte. Não tem qualquer dúvida de que não há necessidade de ter a contabilidade organizada por centros de custos para apoios inferiores a 50.000€. É isso que a lei permite e é por isso que o executivo tem todas as possibilidades para alterar a situação. Terminou a intervenção dizendo que entende que se deve pedir uma opinião ao Dr. Victor Faria.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que a primeira parte daquilo que diz o Dr. Miguel é de facto importante. Isto não é contabilidade analítica, isto é um balancete, com uma coluna de um lado e uma do outro, é um deve e haver e está feito.

**O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Partilha da interpretação da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra sobre o artigo 20.º, e por isso pediu ao executivo que no futuro faça uma análise mais pormenorizada e uma interpretação extensiva.
- ⇒ Sr. Eduardo Barros – disse que por vezes lhe aparecem nas Finanças, onde desenvolve a sua atividade profissional, situações em que se comprova que houve danos com a execução de obras, pelo que aconselhou o município a fazer um apelo à Câmara para reconhecer esses danos, e se esse pedido vier à Câmara não terá dificuldades em votar a favor. Se o município justificar, com documentos, a receita de caixa que tinha antes das obras e a que tem agora, a Câmara pode reconhecer que houve esse dano. Aconselhou o Sr. Eduardo a fazer essa petição.
- ⇒ Sr. Carlos Franco – aconselhou-o a continuar a ser como é e a fazer o seu trabalho, para bem da sua coletividade e da Marinha Grande.
- ⇒ Sr. Andrade – coloca questões importantes.
- ⇒ Balanço do ano – enumerou as obras e as situações que tem apontado ao longo do ano e que ainda não foram feitas. Passou o ano de 2016 e não há obras de referência. Disse que nem sempre concorda com o Sr. Vereador Logrado, mas tem que salientar a sua ideia de engenharia financeira para fazer a piscina, e se tem avançado hoje haveria obra feita e ele apoiaria. Lamenta que não tenha avançado.
- ⇒ Situação financeira da CMMG publicada no facebook – a Câmara tem um prazo médio de pagamento de 21 dias. Dado que a eficiência financeira é saudável entende que se deve reduzir o prazo de pagamento. Por exemplo, Leiria tem um prazo de 7 dias.
- ⇒ Terminou a sua intervenção desejando a todos um Bom 2017.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte sobre a intervenção dos municípios:**

- ⇒ Disse que um dos assuntos que trazia para abordar foi incrementado pelos municípios intervenientes.  
Desde outubro/2013 que tem sido criticado por nunca votar a favor os subsídios a clubes e coletividades, não por não achar que devem ser apoiados mas porque desde a primeira hora que acha que os regulamentos não estão corretos. E todos os Vereadores são culpados porque alinharam nisso. Se todos tivessem sido contra, hoje haveria outro regulamento. Vai continuar a não votar, embora seja acusado. Considera que hoje foi o epílogo, porque há na agenda vários exemplos de devolução de dinheiro que foi pago porque os clubes não apresentaram todos os

documentos. Questiona-se: então pagou-se a alguns clubes sem apresentarem todos os documentos?

Relembrou a sua habitual declaração de voto, lendo alguns parágrafos.

Considera que o processo está errado, e que está errado o *timing*, porque agora há dezenas de apoios a dar no fim do ano. Porque não se define antes da realização do evento?

Seguiu-se uma troca de palavras entre o **Sr. Vereador** e as **Sr.ªs Vereadoras Alexandra Denqucho e Cidália Ferreira**.

- ⇒ Sr. Eduardo – leu a sua exposição e entende que deve seguir o que o Sr. Vereador Santos disse.
- ⇒ Sr. Carlos Franco – apoquento-o as expetativas que a Câmara lhe criou com o aluguer das suas instalações, porque estava a verba no Orçamento Municipal de 2016. Então colocou-se sem se poder fazer?

**Tendo em conta que enviou por escrito a sua intervenção, passa-se a reproduzir o seu conteúdo:**

1. *Sobre a intervenção dos munícipes fiz vários comentários (já mencionados).*
2. *Lamentei que a documentação desta reunião tenha sido enviada, sem tempo para ser devidamente analisada. O cumprimento dos prazos é uma prática que jamais este executivo permanente consegue entender.*
3. *Por falar em prazos, alertei que estão atrasadas seis atas de reuniões de Câmara. A última aprovada foi a de 20 de Outubro. Relembrei o que diz o nr. 2, do Artº 21º do Regimento: “As atas devem ser aprovadas na reunião seguinte àquela a que respeitam.” De nada vale argumentar que a pessoa responsável não tem tempo, porque o planeamento e a organização duma instituição só tem um responsável máximo: o seu presidente.*
4. *Sobre o Campo sintético por trás do estádio. Em 8 de setembro foi adjudicada a obra de “reabilitação do campo sintético”, com um prazo de execução de 45 dias. Devia ter terminado em Outubro. Dois meses depois, alguns utilizadores do campo sintético, questionam o motivo porque não podem ainda utilizá-lo. Estas instituições assumiram compromissos, para a utilização deste espaço, e, como não podem utiliza-lo, têm de pagar para estarem noutro local.*
5. *Desejei a todos um Novo Ano com muito sucesso e muita saúde.”*

**O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- ⇒ Disse que vai fugir aos assuntos do dia-a-dia e fazer uma intervenção de maior profundidade.
- ⇒ Desejou um Bom Ano de 2017 e uma atitude ainda mais rigorosa.
- ⇒ Ao Sr. Presidente pediu o seguinte:
- Listagem do património da Câmara;
  - Ações intentadas contra os que registam património da Câmara em nome próprio;
  - Ponto de situação da reparação do sintético do estádio;
  - Data para abertura do canil;
  - O que foi feito para sanar as deficiências da Resinagem.
- ⇒ Aos munícipes disse o seguinte:
- Sr. Eduardo – pediu ao Sr. Presidente que faça deslocar ao local um técnico para fazer um levantamento dos danos, se existem ou não, e que se faça o plano de salvaguarda para minimizar os prejuízos.
  - Apoios – para serem consequentes têm que se aprovar, porque a abstenção ou o voto contra não resolve nada. Pode-se prolongar a conversa sobre a lei para os apoios e nada se alterar. Os pelouros já estiveram com a CDU e com o PS e nada se alterou. É um caminho já trilhado, por isso tem que se ir por um caminho diferente. Se os 4 Vereadores tivessem votado contra não se teriam atribuído nenhuns apoios. O seu voto mede mais o interesse da comunidade do que o seu interesse pessoal ou o do seu grupo de apoio.  
Entende que têm que se encontrar soluções alternativas, que não se baseiem nesta lei e que potenciem alcançar o que se pretende fazer.  
Há 3 meses lançou o repto à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cidália, fizeram-se 3 reuniões, alguns participaram e outros não, alguns deram contributos e outros não, e alcançaram-se bons resultados e de acordo com a metodologia que tinha apontado. O trabalho informático está a ser feito, sabe que houve dificuldades, mas já passou um mês e meio e ainda não viu nada, resultado desta nova solução, pelo que lançou novamente o repto à Sr.<sup>a</sup> Vereadora. Esta será uma solução a apresentar posteriormente às coletividades e a ser implementada durante um período transitório.
- ⇒ A sua intervenção, enquanto Vereador, sempre foi e sempre será uma intervenção colaborativa, que pretende fazer ainda mais em 2017. E já o fez, com o voto favorável do Orçamento para 2017, porque quer que o executivo permanente tenha todas as condições para fazer um trabalho brilhante e que não lhe falte nada. Por si poderão fazer tudo.

Constrangimentos da Câmara:

- Não consegue refletir sobre as coisas;
- Não consegue pensar “fora da caixa”;
- Não consegue ter capacidade de execução e de investimento.

Resultados:

- Saldos de gerência enormes, que em 2017 se arrisca a ser de mais de 20 milhões de euros, porque a Câmara não tem capacidade para investir.

Sugestões:

Nesta altura o **Sr. Presidente** retirou a palavra ao Sr. Vereador, porque não controlou o tempo da sua intervenção e já falou o dobro do tempo que lhe era destinado.

**Seguidamente deu a palavra à Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira, que leu a sua intervenção, e que resumidamente refere o seguinte:**

- ⇒ É fácil acusar. O regulamento dos apoios foi feito no anterior mandato, e escusa-se a falar do que aconteceu quando se quis alterar.
- ⇒ Em relação à intervenção do Sr. Vereador Vítor, perguntou que provas tem do que diz, sobre os contratos estarem armadilhados.
- ⇒ Em relação à Sr.ª Vereadora Alexandra, refuta o que diz sobre a intenção de colocar os assuntos no final da agenda. Esteve até ontem a tentar resolver os problemas com os clubes. As propostas vêm sempre à Câmara para aprovar. Os apoios ao desporto são os únicos que estão legislados e as alterações foram feitas. Lamenta o que o Sr. Vereador Vítor disse, porque é colocar nos serviços esta intenção. Pode-se propor e alterar o que hoje aqui vem proposto. Prefere trazer agora, fora de prazo, porque demonstra a vontade de resolver.  
Não são todos os apoios, são só aqueles que necessitaram de alterações ao Orçamento, em que havia falta de documentos por parte dos clubes, ou que foram afetados pelas férias dos serviços. Não se trata de trazer tarde, trata-se de trazer só quando as condições o permitem.

**O Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Cães – o canil já está em funcionamento há 2 semanas e os cães estão a ser transferidos gradualmente. Simultaneamente estão a ser recolhidas na mata as crias e as respetivas mães. Mais tarde falará sobre as ações que estão a ser planeadas.
- ⇒ Resinagem – há cerca de 2 semanas que foi chamada a empresa construtora e a equipa de arquitetos, e neste momento os serviços estão à espera que eles apresentem as soluções. Da responsabilidade do empreiteiro é o chão do NAC, as outras situações são do projeto.
- ⇒ Protocolo da Junta de Freguesia – veio aqui tal como foi assinado. Houve atrasos no tempo do Presidente Álvaro Pereira, mas a Sr.ª Vereadora falou com a Sr.ª Presidente da Junta em finais de 2015, atribuiu-se-lhe um subsídio para instrumentos, e ele próprio também já reuniu com a Sr.ª Presidente e com o Tesoureiro para se resolver o problema de 2016.

- ⇒ Sr. Vereador Santos – estão a ser abertos os processos dos concursos para as obras já aqui faladas. As Câmaras Municipais envolvidas no PAEL pagam a um dia, porque assumiram esses compromissos. A CMMG não tem pagamentos em atraso, e se assumir com um empreiteiro pagar a 30 dias é assim que paga, dentro do prazo. As Câmaras não são a Santa Casa da Misericórdia.
- ⇒ Sr. Vereador Aurélio – já pediu desculpa pelo envio tardio da agenda, e a Sr.ª Vereadora também já o fez, mas andou a procurar resolver os problemas legais junto das coletividades.
- ⇒ Em relação ao atraso das atas disse que não pode culpar a secretária, porque além de secretariar as reuniões ela também coordena o serviço de Expediente.
- ⇒ Campo sintético – o concurso vem do tempo do Sr. Vereador Vítor, depois ficou deserto, fez-se um novo e um para a envolvente, e hoje vai à Assembleia Municipal a plurianualidade.
- O **Sr. Vereador Vítor Pereira** perguntou se há dois concursos.
- O **Sr. Presidente** respondeu que sim.
- O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou o porquê de dois concursos.
- O **Sr. Presidente** informou que se verificou que aqueles trabalhos eram necessários. A consignação da obra está prevista para o início do próximo ano.
- O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou se o contrato existente já está terminado.
- O **Sr. Presidente** informou que está suspenso.
- O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu ao Sr. Presidente que esclareça a situação: lançou-se um concurso, fez-se um contrato, iniciou-se a obra, e agora vai-se fazer um novo contrato.
- O **Sr. Presidente** confirmou a situação, e disse que o contrato já está feito e que a consignação vai ser feita no início do próximo ano.
- ⇒ Listagem do património – o Sr. Presidente informou que já falou com a Chefe do serviço e a listagem irá ser enviada por e-mail.
- ⇒ Canil – já está aberto, tal como já tinha dito, a Veterinária já tem gabinete mas não sabe se irá lá estar todos os dias.
- ⇒ Saldo de gerência – recordou que a revisão só foi aprovada em 28 de outubro, quando já devia estar em elaboração o Orçamento para 2017, e por isso é óbvio que em mês e meio não se poderiam executar 7,5 milhões de euros.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que em todas as reuniões irá lembrar o Sr. Presidente de que a revisão ao Orçamento de 2017 deve começar a ser feita.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 12:00 horas às 12:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**2 - REQ. N. 2081/16, DATADO DE 13/12/2016 – PC N.º 458/16, DATADO DE 27/10/2016 –  
MARIA CRISTINA MOTA FILIPE GÂNDARA**

892 - Presente requerimento n.º 2081/16, datado de 2016/12/13, constante do processo camarário n.º 458/16, subscrito por **MARIA CRISTINA MOTA FILIPE GÂNDARA**, com o NIF 216347505, residente na Rua da Várzea, n.º 12, freguesia e Concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Alteração e ampliação de moradia unifamiliar”* existente, localizada num prédio urbano, sito na Rua da Várzea, n.º 12, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 14.598 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 18.068.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/12/16, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e *republicado* pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de *“Alteração e ampliação de moradia unifamiliar”* existente, localizada num prédio urbano, sito na Rua da Várzea, n.º 12, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 14.598 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 18.068, a que corresponde o processo camarário número 458/16, com data de entrada em 2016/10/27, apresentado por **MARIA CRISTINA MOTA FILIPE GÂNDARA**, com o NIF 216347505, residente na Rua da Várzea, n.º 12, freguesia e Concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - REQ. N. 2075/16, DATADO DE 12/12/2016 – PC N.º 159/16, DATADO DE 24/08/2016 –  
CECÍLIA MARIA RAMOS PIMENTA PEREIRA**

893 - Presente requerimento n.º 2075/16, datado de 2016/12/12, constante do processo camarário n.º 159/16, subscrito por **CECÍLIA MARIA RAMOS PIMENTA PEREIRA**, com o NIF 122814720, residente na Rua João Pereira Venâncio, n.º 559 – 1.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Legalização de alterações”* levadas a efeito na fração autónoma designada por “fração A”, destinada a serviços, integrada no rés-do-chão de um edifício de habitação e escritórios, constituído em regime

de propriedade horizontal, localizado num prédio urbano sito na rua D. João Pereira Venâncio, n.º 559 e Rua António Guerra, n.º 9 A, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.907 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob artigo n.º 15.308. É solicitada ainda a alteração de uso da “fração A”, de comércio/serviços para habitação, bem como a emissão de certidão comprovativa em como o edifício continua a reunir as condições necessárias à constituição (alteração) da respetiva Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/12/14, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da “*Legalização de alterações*” levadas a efeito na fração autónoma designada por “fração A”, destinada a serviços, integrada no rés-do-chão de um edifício de habitação e escritórios, constituído em regime de propriedade horizontal, localizado num prédio urbano sito na Rua D. João Pereira Venâncio n.º 559 e Rua António Guerra, n.º 9 A, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8.907 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob artigo n.º 15.308, com o número de processo 159/16, com data de entrada em 2016/04/28, apresentado por CECÍLIA MARIA RAMOS PIMENTA PEREIRA, com o NIF 122814720, residente na Rua João Pereira Venâncio, n.º 559 – 1.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.**

**DEFERIR e mandar emitir a certidão requerida, para que possa ser feita a alteração ao regime de Propriedade Horizontal a que o edifício se encontra sujeito, face ao previsto nos artigos 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade horizontal) do Código Civil em vigor**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - REQ. N. 1999/16, DATADO DE 25/11/2016 – PC N.º 487/16, DATADO DE 25/11/2016 – JOSÉ ANTÓNIO DUARTE DE CARVALHO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**

894 - Presente requerimento n.º 1999/16, registado em 2016/11/25, respeitante ao processo camarário n.º 487/16, referente ao pedido de licenciamento (legalização) de obras de

construção de anexos, muros e obras de alteração concretizadas na moradia, sita na Rua de Damão, n.º 5, lugar de Casal dos Ossos, freguesia de Marinha Grande, erigida no prédio inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 20106-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17805, apresentado por **José António Duarte de Carvalho - Cabeça de Casal da Herança** de, com o NIF 701688246, representado por **CONCEIÇÃO CRUZ ALEXANDRE**, na qualidade de Cabeça de Casal, com o NIF 121567699, residente na Rua Dr. João Galo Pereira, n.º 3, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2016/12/16, condicional ao recuo do muro com vista à salvaguarda de espaço para execução de passeio.

Presente parecer técnico datado de 2016/12/19, favorável à aprovação da legalização da moradia e anexos com condicionalismo de apresentação dos elementos retificativo e instrutórios do processo.

**Após análise da pretensão, bem como os pareceres técnicos datados de 2016/12/16 e de 2016/12/19, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, o projeto de arquitetura apresentado no âmbito do requerimento n.º 1999/16, registado em 2016/11/25, referente ao pedido de licenciamento (legalização) de obras de construção de anexos, muros e obras de alteração concretizadas na moradia, sito na Rua de Damão, n.º 5, lugar de Casal dos Ossos, freguesia de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 20.106-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17.805, respeitante ao processo camarário n.º 487/16, apresentado **CONCEIÇÃO CRUZ ALEXANDRE**, com o NIF 121567699 residente na Rua Dr. João Galo Pereira, n.º 3, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança aberta por óbito de José António Duarte de Carvalho, com o NIF 701688246, com o condicionalismo de promover o alinhamento do muro recuado 1,50 m relativamente ao alinhamento existente, com vista a salvaguardar espaço para execução de um passeio com uma largura mínima de 1,50 m, de modo a garantir no futuro condições para a pedestrianização do arruamento de um modo segregado.

**Delibera ainda:**

1- Deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

2- Deverá apresentar projeto reformulado em conformidade com o condicionalismo de aprovação, bem como:

- Desenho n.º 7 em conformidade com o representado nos desenhos n.º 2, n.º 4 e n.º 6 (chaminé da cozinha);
- Planta de implantação deve ser completada com a indicação da distância entre a habitação e o anexo, demonstrativa da observância do artigo 73º do RGEU;

- **Memória Descritiva** contendo retificação quanto ao enquadramento da pretensão no índice bruto de construção fixado no PDMMG para o local do prédio, nomeadamente no Aglomerado Urbano da Marinha Grande, em espaço designado por “Área Central”, que, de acordo com o n.º 8 do Artigo 5º do Regulamento do PDM da Marinha Grande, prevê os seguintes indicadores urbanísticos:

Densidade habitacional máxima – 60 f/ha;

Índice de construção bruto – 1;

Cércea máxima – 7 pisos;

Estacionamento – 1 lugar/fogo para habitação.

3- Deverá assegurar a execução do passeio, na extensão total do prédio confinante com a Rua de Damão, com lancil de calcário, a ser pavimentado em calçada miúda de calcário com as dimensões de 0,05mx0,05mx0,05m, após execução de uma camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 1912/16, DATADO DE 11/11/2016 – PC N.º 475/16, DATADO DE 11/11/2016 – CÁTIA ALEXANDRA DOMINGUES LOURENÇO E PEDRO MIGUEL DOMINGUES CONDE**

895 - Presente requerimento n.º 1912/16, datado de 2016/11/11, constante do processo camarário n.º 475/16, subscrito por CÁTIA ALEXANDRA DOMINGUES LOURENÇO, com o NIF 228499542 e por PEDRO MIGUEL DOMINGUES CONDE, com o NIF 227380192, ambos residentes na Rua Luís Braille, n.º 153, 3.º A, freguesia e concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício de habitação unifamiliar, construção de apoio, piscina e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito no lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20.220 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos números 3.008 e 10.390.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/12/13, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício de habitação unifamiliar, construção de apoio, piscina e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito no lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20.220 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob os artigos números 3.008 e 10.390, com o número de processo 475/16, com data de entrada em 2016/11/11, apresentado por CÁTIA ALEXANDRA DOMINGUES LOURENÇO, com o NIF

228499542 e por PEDRO MIGUEL DOMINGUES CONDE, com o NIF 227380192, ambos residentes na Rua Luís Braille, n.º 153, 3.º A, freguesia e concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Apresentação em igual período, de Planta de Implantação contendo a representação da execução de passeio público junto da rua da Ribeira à Amieira, nas seguintes condições:
  - 2.1. Deverá ser contíguo à valeta existente na rua da Ribeira à Amieira, com uma largura de 2,25m.
  - 2.2. Deverá fazer uma curva de concordância com o passeio existente a sul na Rua das Passagens, de modo a ficar tangente ao sumidouro existente, com eventual reposicionamento do mesmo.
  - 2.3. A valeta existente em manilhas de betão de meia cana deverá ser substituída por valeta de lancil em betão, conforme desenho de pormenor que se anexa.
3. Deverá ser prevista a execução de passeio em blocos retangulares de betão (0,20m X 0,10m X 0,06m) assentes em base de *"tout-venant"* com 0,15m de espessura e lancil de betão com as dimensões de 0,12m (largura à vista) X 0,25m (altura) X 0,15m (largura da base).
4. Cedência para domínio público da faixa de terreno resultante do alinhamento definido para o passeio público a executar junto da rua da Ribeira à Amieira, devendo a respetiva área da faixa a ceder, constar da Planta Implantação a apresenta, nos termos referidos no ponto 2.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 1819/16, DATADO DE 26/10/2016 – PC N.º 454/16, DATADO DE 26/10/2016 – SILVINA DUARTE PARREIRA DOS SANTOS**

Processo retirado da ordem do dia para esclarecimento de dúvidas relativamente à execução do passeio.

**7 - REQ. N. 1964/16, DATADO DE 21/11/2016 – PC N.º 436/16, DATADO DE 14/10/2016 – EDGAR DAVID LOURENÇO ALMEIDA**

896 - Presente requerimento n.º 1964/16, datado de 2016/11/21, constante do processo camarário n.º 436/16, subscrito por EDGAR DAVID LOURENÇO ALMEIDA, com o NIF 215971558, residente na Rua das Portas Verdes, n.º 2, bloco B, 3.º CM, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *"Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação"*, incidente sobre um prédio urbano, correspondente ao "Lote 3" do Loteamento Urbano sito na Rua Guilherme

Pereira Roldão, lugar de Salgueiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16.567 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 12.599.  
Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/12/09, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e *republicado* pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano, correspondente ao “Lote 3” do Loteamento Urbano sito na Rua Guilherme Pereira Roldão, lugar de Salgueiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16.567 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 12.599, com o número de processo 436/16, com data de entrada em 2016/10/14, apresentado por EDGAR DAVID LOURENÇO ALMEIDA, com o NIF 215971558, residente na Rua das Portas Verdes, n.º 2, bloco B, 3.º CM, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. O muro de vedação deverá ser executado em alvenaria, devidamente rebocado e pintado, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
3. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 2093/16, DATADO DE 14/12/2016 – PC N.º 412/15, DATADO DE 05/11/2015 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES**

897 - Presente requerimento n.º 2093/16, datado de 2016/12/14, constante do processo camarário n.º 412/15, subscrito por DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES, com o NIF 220962529, com domicílio fiscal em Avenida 1.º de Maio, n.º 189-A, 2.º Dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de alterações ao licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”**, incidente sobre um prédio urbano sito na rua da Fonte Velha, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.142 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.015-P,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

à qual foi atribuído o alvará de obras de construção n.º 44/16, de 2016/07/07, com termo em 2017/07/06.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/12/16, que refere que o projeto de alterações apresentado, se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE. o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de alterações ao licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na rua da Fonte Velha, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.142 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.015-P, à qual foi atribuído o alvará de obras de construção n.º 44/16, de 2016/07/07, com termo em 2017/07/06 apresentado DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES, com o NIF 220962529, com domicílio fiscal em Avenida 1.ª de Maio, n.º 189-A, 2.ª Dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismos da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - REQ. N. 2106/16, DATADO DE 15/12/2016 – PC N.º 296/16, DATADO DE 21/07/2016 – IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS,LDA.**

898 - Presente pedido com o registo n.º 2106/16, datado de 15/12/2016, solicitando a aprovação do projeto de arquitetura de uma edificação de apoio a atividade agrícola e a cedência para domínio público de uma parcela com a área de 350,00 m2, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.783 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17.797, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 296/16, com data de entrada de 21/07/2016, apresentado por **IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS,LDA.**, com o NIPC 504 038 079, com sede na rua da Feira, Bidoeira de Cima, freguesia de Bidoeira de Cima e concelho de Leiria;

Presente informação técnica, datada de 19/12/2016, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado**

pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento da obra de construção de uma edificação de apoio a atividade agrícola e a cedência para domínio público de uma parcela com a área de 350,00 m2, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12783 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17797, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 296/16, com data de entrada de 21/07/2016, apresentado por IMARJOSIL-COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS,LDA., com o NIPC 504038079, com sede na Rua da Feira, Bidoeira de Cima, freguesia de Bidoeira de Cima e concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentação, no prazo de 6 meses a contar da data da notificação da decisão, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE, dos seguintes elementos:

- a) Projetos de especialidade aplicáveis, relativos ao edifício pretendido;
- b) Peças desenhadas relativas à implantação, devidamente retificadas, representando corretamente a totalidade dos limites do terreno;
- c) Processo de obras de urbanização que contemple a intervenção a executar na área a ceder para domínio público.

2.- Deverá assegurar a realização da totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - REQ. N. 2054/16, DATADO DE 07/12/2016 – PC N.º 248/16, DATADO DE 27/06/2016 – TERESA MARGARIDA SOARES FERREIRA DE SOUSA**

899 - Presente processo camarário registado sob o n.º 248/16, em 2016/06/27, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de edifício anexo de apoio à moradia sita na Rua 1.º de Dezembro, n.º 35, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, a erigir no prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 586 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 637, apresentado por TERESA MARGARIDA SOARES FERREIRA DE SOUSA, com o NIF 166319350, residente na Rua 1.º de Dezembro, n.º 35, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2016/09/22.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2016/12/19, que informa que os projetos das especialidades encontram-se em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento.

**Após análise da pretensão, bem como do parecer datado de 2016/12/19, a Câmara Municipal delibera:**



DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de construção de edifício anexo de apoio à moradia sita na Rua 1.ª de Dezembro, n.º 35, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, a erigir no prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 586 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 637, a que corresponde o processo camarário registado sob o n.º 248/16, em 2016/06/27, apresentado por TERESA MARGARIDA SOARES FERREIRA DE SOUSA, com o NIF 166319350, residente na Rua 1.ª de Dezembro, n.º 35, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2016/09/22.

Mais delibera:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - REQ. N. 2072/16, DATADO DE 09/12/2016 – PC N.º 410/15, DATADO DE 04/11/2015 – AMILCAR DA SILVA SANTOS E LUZIA CARMO FERREIRA PEDROSA SANTOS**

900 - Presente requerimento n.º 2072/16, datado de 2016/12/09, constante do processo camarário n.º 410/15, subscrito por **AMILCAR DA SILVA SANTOS**, com o NIF 115205349, residente na Rua Dr. António Manuel da Costa, n.º 23, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande e por **LUZIA CARMO FERREIRA PEDROSA SANTOS**, com o NIF 110282698, residente na Rua Dr. António Manuel da Costa, n.º 23, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de “*Legalização da ampliação e alteração de moradia, anexo e muros*” existentes, a incidir sobre um prédio sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.843, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 5.513, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarárias datada de 2016/03/03.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/12/19, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de “*Legalização da ampliação e alteração de moradia, anexo e muros*” existentes, a incidir sobre um prédio sito no lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.843, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 5.513, com o número de processo 410/15, com data de entrada em 2015/11/04, apresentado por AMILCAR DA SILVA SANTOS, com o NIF 115205349, residente na Rua Dr. António Manuel da Costa, n.º 23, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande e por LUZIA CARMO FERREIRA PEDROSA SANTOS, com o NIF 110282698, residente na rua Dr. António Manuel da Costa, n.º 23, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 107,00m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a Rua Dr. António Manuel da Costa, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “Implantação” - “*Desenho n.º 1.1*”, datada de julho de 2015, entregue a coberto do requerimento n.º 1613/15, datado de 2015/11/04, ficando a emissão da autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - REQ. N. 2076/16, DATADO DE 12/12/2016 – PC N.º 504/16, DATADO DE 12/12/2016 – PAULO MANUEL DOS SANTOS ALMEIDA**

901 - Presente requerimento n.º 2076/16, datado de 2016/12/12, constante do processo camarário n.º 504/16, subscrito por PAULO MANUEL DOS SANTOS ALMEIDA, com o NIF 215310683, residente na Rua de São Bartolomeu, n.º 8, freguesia de Caranguejeira, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de muro de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Vila Real de Santo António, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

Predial de Marinha Grande sob o número 16.966 e inscrito na matriz sob o artigo número 19121.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/12/19, que refere que o projeto apresentado se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de muro de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua Vila Real de Santo António, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16.966 e inscrito na matriz sob o artigo número 19.121, com o número de processo 504/16, com data de entrada em 2016/12/12, apresentado por PAULO MANUEL DOS SANTOS ALMEIDA, com o NIF 215310683, residente na Rua de São Bartolomeu, freguesia de Caranguejeira, concelho de Leiria, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.**

**Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - REQ. N. 2103/16, DATADO DE 15/12/2016 – PC N.º 93/16, DATADO DE 17/03/2016 – CÉLIA MARIA DINIZ FEIJÃO**

902 - Presente requerimento n.º 2103/16, datado de 2016/12/15, constante do processo camarário n.º 93/16, subscrito por **CÉLIA MARIA DINIZ FEIJÃO**, com o NIF 189243651, com residência no Largo do Mercado, n.º 2, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização de Alterações de Moradia*” existente, localizada num prédio urbano sito no Largo do Mercado, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 806 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 3.526, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2016/05/25.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/12/19, referente aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Legalização de Alterações de Moradia”* incidente sobre um prédio urbano sito no Largo do Mercado, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 806 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 3.526, com o número de processo 93/16, com data de entrada em 2016/03/17, apresentado por CÉLIA MARIA DINIZ FEIJÃO, com o NIF 189243651, com residência no Largo do Mercado, n.º 2, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.

Mais delibera:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, as obras de construção civil nas praias de S. Pedro de Moel, Praia da Vieira e Água de Madeiros, são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 2038/16, DATADO DE 30/11/2016 – PC N.º 267/16, DATADO DE 07/07/2016 – PAULO JOSÉ CALADO SIMÃO

903 - Presente requerimento n.º 2038/16, datado de 2016/11/30, constante do processo camarário n.º 267/16, subscrito por PAULO JOSÉ CALADO SIMÃO, com o NIF 215323165, residente em Rua Parque Empresarial de Larim, n.º 14, freguesia de Soutelo, concelho de Vila Verde, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua da Paz, lugar de Garcia, freguesia e Concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20.210 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 20.089-P, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2016/08/18.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/12/13, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua da Paz, lugar de Garcia, freguesia e Concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20.210 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 20.089-P, com o número de processo 267/16, com data de entrada em 2016/07/07, apresentado por PAULO JOSÉ CALADO SIMÃO, com o NIF 215323165, residente em Rua Parque Empresarial de Larim, n.º 14, freguesia de Soutelo, concelho de Vila Verde, com os seguintes condicionalismos:

1. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 80,75m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a rua da Paz, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “planta de implantação”, com o número “ARQ.03.02”, datada de outubro de 2016, entregue a coberto do requerimento n.º 1743/16, datado de 2016/10/17, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
3. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua da Paz. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser lancil de betão com 0,12m de largura e blocos de betão com 0,10x0,20x0,06m de espessura, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura.
4. Aquando da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1918/16, DATADO DE 14/11/2016 – PC N.º 225/16, DATADO DE 13/06/2016 – CONSTANTINO JOSÉ ALVES PEREIRA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA

904 - Presente processo camarário registado sob o n.º 225/16, em 2016/06/27, referente a pedido de licenciamento (legalização) de obra de construção de alpendre, anexo e alteração realizada na moradia, bem como o licenciamento de obra construção de muro com demolição de muro existente, incidentes no prédio sito na Rua 25 de abril, n.º 22,

freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2022 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3758, apresentado por **Constantino José Alves Pereira** - Cabeça de Casal da Herança, com o NIF 741854139, representado por **Elsa de Brito Alves Pereira Evangelista**, com o NIF 182998088, com residência em Av. Pedro Nunes, n.º 745 – 4º Esq., lugar de Alto das Vinhas Grande, freguesia de Montijo e Afonsoeiro, concelho de Montijo, aprovado em reunião de Câmara Municipal, 2016/10/06.

Presentes alterações aos projetos em conformidade com o condicionalismo de aprovação fixado na reunião de Câmara Municipal de 2016/10/16.

Do prédio objeto do pedido com 300,00 m<sup>2</sup>, serão cedidos ao domínio público 10,20 m<sup>2</sup> para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 289,80 m<sup>2</sup>.

Presente parecer técnico datado de 2016/12/13, que atesta estar assegurado o condicionalismo.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, as alterações ao projeto referente a pedido de licenciamento (legalização) de obra de construção de alpendre, anexo e alteração realizada na moradia, bem como o licenciamento de obra construção de muro com demolição de muro existente, incidentes no prédio sito na Rua 25 de abril, n.º 22, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 2.022 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.758, a que corresponde o processo camarário registado sob o n.º 225/16, em 2016/06/27, apresentado por Constantino José Alves Pereira - Cabeça de Casal da Herança, com o NIF 741854139, representado por Elsa de Brito Alves Pereira Evangelista, com o NIF 182998088, com residência em Av. Pedro Nunes, n.º 745 – 4º Esq., lugar de Alto das Vinhas Grande, freguesia de Montijo e Afonsoeiro, concelho de Montijo.**

**ACEITAR A CEDÊNCIA para o domínio público de uma parcela de terreno com a área de 10,20 m<sup>2</sup> para passeio. Após a cedência o prédio com a área inicial de 300,00m<sup>2</sup>, ficará com a área de 289,80 m<sup>2</sup>.**

**Mais delibera:**

- 1- Deverá ser assegurado o remate do pavimento da Rua 25 de Abril em toda a frente do prédio a ser executado com o mesmo material existente na rua (calcada de calcário com as dimensões de 0,10mx0,10mx0,10m, após execução de uma camada de base em tout-venant com uma espessura mínima de 0,24m.**
- 2- O muro de vedação a construir junto da via pública, deverá observar o disposto no artigo 18.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**
- 3- Deverá ser assegurada a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**4- A concessão da autorização de utilização fica condicionada à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada com registo da cedência ao domínio público de 10,20 m2 do prédio objeto do pedido.**

**5- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - REQ. N. 2080/16, DATADO DE 12/12/2016 – PC N.º 116/09, DATADO DE 02/06/2009 – SANDRA MARINA FERREIRA, UNIPessoal LDA**

905 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2080/16, datado de 12/12/2016, apresentado por **SANDRA MARINA FERREIRA, UNIPessoal LDA**, com o NIPC 503867837, com sede em Rua Santos Barosa, n.º 21, Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a **autorização de utilização para o edifício sito em Estrada do Guilherme, Comeira**, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 116/09 e titulada pelo alvará obras de construção n.º 28/12, emitido em 21/03/2012.

Presente parecer técnico datado de 14/12/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em em Estrada do Guilherme, Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de SANDRA MARINA FERREIRA, UNIPessoal LDA, com o NIPC 503867837, com sede em Rua Santos Barosa, n.º 21, Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 - REQ. N. 2135/16, DATADO DE 21/12/2016 – PC N.º 619/2016, DATADO DE 21/12/2016 – ANISABEL PEREIRA DA SILVA VIEIRA GOUVEIA**

906 - Presente requerimento registado sob o n.º 2135/16, datado de 21/12/2016, apresentado por ANISABEL PEREIRA DA SILVA VIEIRA GOUVEIA com o NIF 176820108, residente em Avenida 1.º de Maio, n.º 189, 2.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de Fernando Carlos da Costa Gouveia, proprietária do imóvel sito na mesma morada, através do qual é solicitada uma vistoria, face à existência de diversas infiltrações, alegadamente originadas pela falta de conservação e manutenção do telhado, bem como nas partes comuns do imóvel.

Presente parecer dos serviços, datado de 23/12/2016, sobre o assunto.

**Após análise pedido e da informação datada de 23/12/2016, a Câmara Municipal delibera:**  
Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Avenida 1.º de Maio, n.º 189, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade herança aberta por óbito de Fernando Carlos da Costa Gouveia, representada por ANISABEL PEREIRA DA SILVA VIEIRA GOUVEIA com o NIF 176820108, residente em Avenida 1.º de Maio, n.º 189, 2.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pela proprietária.

NOTIFICAR a requerente, bem como a entidade a quem compete a administração do condomínio, identificada pela requerente como MMC Administração De Condomínios, com morada em Travessa Vieira de Leiria, n.º 9, freguesia e concelho de Marinha Grande para designar um seu representante estar presente na referida vistoria.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 18/01/2017, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Engenheiro Vasco Fernandes



**Membros suplentes:**

**Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Dra. Eunice Marques**

**INFORMAR a requerente, bem como a empresa responsável pela administração do condomínio, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**18 - REQ. N. 1782/16, DATADO DE 20/10/2016 – PC N.º 508/2016, DATADO DE 20/10/2016 – JOSÉ MANUEL PEREIRA CARVALHO**

907 - Presente participação dos Serviços de Fiscalização n.º 48/2016, datada de 2016/09/22, a informar que **JOSÉ MANUEL PEREIRA CARVALHO**, com o NIF 145398102, residente na Rua das Carregueiras, n.º 59, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de proprietário do prédio sito na Rua dos Valados, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, executou, naquele prédio, a obra de construção de um muro, junto à via pública, em blocos de cimento, com o comprimento de aproximadamente 35,00 m e a altura de 0,60 m, **sem o necessário ato administrativo de controlo prévio.**

Presente parecer técnico datado de 2016/12/14.

**A Câmara Municipal, depois de analisar o parecer técnico datado de 2016/12/14, que refere que os Serviços de Fiscalização participaram em 2016/09/22, a realização de obras de construção de um muro, junto à via pública, em blocos de cimento, com o comprimento de aproximadamente 35,00 m e a altura de 0,60 m, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Valados, lugar da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, delibera ao abrigo do n.º 1 do artigo 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, NOTIFICAR, JOSÉ MANUEL PEREIRA CARVALHO, com o NIF 145398102, residente na Rua das Carregueiras, n.º 59, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, para no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder à legalização da operação urbanística. Para o efeito deverá apresentar pedido de licenciamento em conformidade com normas legais e regulamentares e elaborado nos termos descritos na Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril, e de acordo com o artigo 18º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

**No pedido deverá ser indicado o número do processo camarário existente respeitante às construções licenciadas para o prédio.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**19 - REQ. 1893/16, DATADO DE 09/11/2016; PL 296/08, DATADO DE 12/09/2008 - FLORA MARIA F. FERNANDES AGOSTINHO PASCOAL CARVALHO E OUTROS – LOTEAMENTO – VERGIEIRAS – MARINHA GRANDE**

908 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1893/16, de 09-11-2016, apresentado por Flora Maria F. Fernandes Agostinho Pascoal Carvalho, comproprietária e procuradora dos outros comproprietários do prédio inscrito na matriz sob o n.º 1462, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 6436, sobre o qual foi constituído um loteamento e cedida (na sequência de negociações ocorridas nos anos de 1991 e 1992) uma parcela de terreno para construção da escola C+S Nery Capucho, sita na freguesia e concelho da Marinha Grande, em que reitera a sua posição de não concordância com a condição imposta, em reunião camarária de 10-11-2011, de prestação de caução e dever de executar as infraestruturas respeitantes à rede de gás do mencionado loteamento. Presente PC n.º 296/08, respeitante ao referido loteamento.

Presente parecer jurídico n.º 1/1247/2014-FO de 01-09-2014 e parecer jurídico datado de 24-11-2016.

**A Câmara Municipal, depois de apreciar o requerimento acima identificado, apresentado por Flora Maria F. Agostinho Pascoal Carvalho e analisar os dois pareceres jurídicos, bem como o conteúdo das deliberações camarárias datadas de 11-09-1991, 16-09-1992 e 10-11-2011, sobre o assunto delibera:**

**Assumir a execução da infraestrutura da rede de gás, por ser omissa nas deliberações iniciais e por atualmente ser uma obrigatoriedade legal.**

**Mais delibera:**

**Os projetos de infraestruturas elaborados em 2009 devem de ser revistos e devem ser desenvolvidos ao nível de projetos de execução contemplando os elementos previstos na Portaria 701-H/2008 de 29 de julho, tendo em conta a especificidade de cada um. Deve ser promovida a nomeação de um coordenador de projeto que garanta a adequada articulação da equipa de projeto em função das características da obra, assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidade.**

**A revisão dos projetos datados de 2009 deve contemplar ainda, a uniformização dos materiais, a entrega de novos termos de responsabilidade e a revisão dos respetivos mapas de medições e orçamentos.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Vítor Pereira.**

**20 - PEDIDO PARA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO DESTINADO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - ENTRADA N.º E/9770/2016**

909 - Presente exposição, com o registo de entrada n.º 9770/2016, datada de 22-11-2016, apresentada pela Directora Adjunta do Serviço de Emprego da Marinha Grande localizado na Rua Tenente Cabeleira Filipe nº 28, a solicitar sinalização de trânsito para um lugar de estacionamento destinado a Pessoa Portadora de Deficiência.

Presente informação técnica RV-46-2016 de 06-12-2016, a propor uma solução para o caso. Considerando que:

Nas proximidades do Instituto do Emprego e Formação Profissional da Marinha Grande não existe sinalização para estacionamento de pessoas com mobilidade condicionada;

- Verificou-se ainda a existência de um sinal de estacionamento autorizado a cargas e descargas localizado no primeiro lugar de estacionamento existente na rua de Leiria junto à entrada para a garagem do prédio do Instituto do Emprego e Formação Profissional da Marinha Grande, que não tem utilidade devido à inexistência de lojas de comércio nas proximidades;

- Os serviços técnicos camarários analisaram a questão e propõem a colocação de um sinal de estacionamento autorizado – H1a e um painel adicional modelo 11d, no lugar de estacionamento próximo da entrada do prédio, junto ao Ecoponto localizado na gare de estacionamento existente na Rua Tenente Cabeleira Filipe e remoção de um sinal de estacionamento autorizado a cargas e descargas localizado no primeiro lugar de estacionamento existente na rua de Leiria.

**A Câmara Municipal, depois de analisar a referida exposição, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários delibera, ao abrigo da alínea qq) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013 de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, mandar colocar um sinal de estacionamento autorizado – H1a e um painel adicional modelo 11d, no lugar de estacionamento próximo da entrada do prédio, junto ao Ecoponto localizado na gare de estacionamento existente na Rua Tenente Cabeleira Filipe e remoção de um sinal de estacionamento autorizado a cargas e descargas localizado no primeiro lugar de estacionamento existente na rua de Leiria, junto à entrada para a garagem do prédio do Instituto do Emprego e Formação Profissional da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**21 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

910 - O Clube Desportivo e Recreativo de Amieira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para o Baile de passagem de ano a realizar no dia 31 de dezembro de 2016.

A Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de dezembro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para o Jantar Convívio SIR 1º dezembro a realizar no dia 07 de janeiro de 2017.

Presentes as informações nº 89/LS de 13 de dezembro de 2016 e 90/LS de 19 de dezembro de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Clube Desportivo e Recreativo de Amieira e a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de dezembro, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **22 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES**

911 - Presente o requerimento:

- registo de entrada E/9454/2016 em que de Maria Manuela da Piedade Lameiro Figueiredo, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1114 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

Presente a informação nº 10/LS, de 15 de novembro de 2016 onde se confirma que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

**Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Maria Manuela da Piedade Lameiro Figueiredo, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1114 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**23 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: CLÁUDIO MIGUEL ALVES FERREIRA - DEFERIMENTO.**

912 - Presente Informação Jurídica n.º 2103/2016, de 09.12.2016, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Doc. n.º 10, em anexo);

Presente Auto de Inquirição da testemunha Hugo Emanuel Jorge Salceda, de 09.12.2016 (Doc n.º 9, em anexo)

Presente documento n.º E/9935/2016, registado em 29.11.2016, enviado a esta Câmara Municipal pela testemunha Hugo Salceda e ofício n.º 4415/2016, de 02.12.2016, enviado pela DJC a este, designando nova data para comparência nesta Câmara Municipal (Docs. n.º 7 e 8, anexos);

Presentes ofícios n.º 3585/2016 e 3721/2016, enviados à testemunha, designando datas de inquirição (Docs n.ºs 5 e 6, anexos);

Presente documento n.º E/8188/2016, de 07.10.2016, enviado a esta Câmara Municipal pelo requerente/lesado Cláudio Miguel Alves Ferreira, via e-mail, procedendo à junção de documentação e à identificação de testemunha do acidente de viação (Doc n.º 4, em anexo);

Presente Ofício n.º 3525/2016, de 30.09.2016, enviado ao requerente/lesado Cláudio Miguel Alves Ferreira, solicitando documentação e esclarecimentos (Doc. n.º 3, em anexo);

Presente Informação da DISU - Área de conservação e renovação das infraestruturas viárias (Doc. n.º 2, em anexo);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

Presente requerimento n.º E/6758/2016, de 08.08.2016, enviado via e-mail, pelo lesado Cláudio Miguel Alves Ferreira, no qual junta fatura n.º NVDIO 116/824, emitida em 04.08.2016 pela Sociedade Gandypneus - Comércio de Pneus e Assistência Técnica, Lda respeitante à reparação do veículo automóvel da marca Fiat, com a matrícula 21-LA-87 e imagens fotográficas dos danos ocorridos no veículo automóvel e do buraco existente na faixa de rodagem da Rua da Covinha, lugar da Comeira, requerendo indemnização no valor de 147,03 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no referido veículo, em 28 de julho de 2016, quando circulava na via de circulação rodoviária mencionada e o veículo embateu num buraco nesta existente (Doc. n.º 1, em anexo).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 2103/2016, de 09.12.2016, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar o lesado Cláudio Miguel Alves Ferreira, contribuinte n.º 207 920 265, no montante de cento e quarenta e sete euros e três cêntimos, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do original da fatura e recibo emitidos em nome do requerente, Cláudio Miguel Alves Ferreira, pela Sociedade Gandypneus – Comércio de Pneus e Assistência Técnica, Lda.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**24 - “CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA REDE VIÁRIA DO CONCELHO - CP N.º 09/2016” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS.**

913 - Presente informação da DISU, com a ref.ª SMV.30.2016, propondo a aprovação de trabalhos a menos da empreitada identificada em epígrafe.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª SMV.30.2016, que fica anexa (Anexo 1) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar trabalhos a menos no valor de 15.199,44 Euros (quinze mil, cento e noventa e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, da empreitada de “**CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA REDE VIÁRIA DO CONCELHO**”, adjudicada à firma **CIVIBÉRICA – OBRAS CIVIS, S.A.**, nos termos do disposto no artigo 397º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **25 - 26.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2016**

914 - Presente proposta da 26ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**24ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2016**, no valor de 88.815,48 euros nos reforços e de 88.815,48 euros nas anulações;

**19ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2016** no valor de 18.103,00 euros nas anulações;

**24ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2016** no valor de 85.142,00 euros nos reforços e de 90.884,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 26ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2016, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **26 - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA” – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016**

915 - Presente informação n.º 58SAB/2016 da Área das Finanças e carta do adjudicatário da obra em epígrafe, CONTEC - Construção e Engenharia, S.A., a apresentar, para reforço de caução da obra mencionada a garantia bancária n.º 2540.002035.293 de 20.12.2016 no montante de 39.652,13 euros emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

**A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do art.º 353º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, aceitar a referida garantia bancária e restituir a importância de 399,80 € ao adjudicatário CONTEC - Construção e Engenharia, S.A., retidos através da guia n.º 2379/1/2016, nos termos do mapa que consta da informação n.º 58SAB/2016 de 27 de novembro de 2016.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**27 - P.A. N.º 72/2016-AP/DISU – “FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL”, PARA O PERÍODO DE 12 MESES – ADJUDICAÇÃO**

916 - Presente o processo de aquisição nº 72/2016 – AP/DISU, realizado de acordo com deliberação camarária de 3 de novembro de 2016, acompanhado de relatório final do Júri, datado de 27/12/2016, no qual é proposta a adjudicação do *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2017, à proposta apresentada pelo concorrente PH ENERGIA, LDA, pelo valor total de 1.239.095,47 euros (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, noventa e cinco euros e quarenta e sete centimos), a que acresce IVA à taxa legal, por ser a proposta com o mais baixo preço.

Face ao exposto e depois de analisado o Processo de Aquisição n.º 72/2016-AP/DISU, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório de final, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redacção actual, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aprovar a proposta constante do referido relatório final e consequentemente adjudicar o *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”*, para o período de 12 meses, com início previsto a 1 de fevereiro de 2017, à proposta apresentada pelo concorrente PH ENERGIA, LDA, contribuinte n.º 513 239 731, pelo valor total de 1.239.095,47 euros (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, noventa e cinco euros e quarenta e sete centimos), a que acresce IVA à taxa legal, por ser a proposta com o mais baixo preço.

Mais delibera que seja notificado o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação e para a prestação da caução no valor de 61.954,77 euros, nos termos do disposto nas peças do procedimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**28 - P.A. N.º 24/2015-AP/DISU - “FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL PARA A TOTALIDADE DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, INCLUINDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INÍCIO PREVISTO EM AGOSTO DE 2015 E ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2016”. APROVAÇÃO DE SERVIÇOS A MENOS.**

917 - Considerando que na sequência do P.A. n.º 24/2015-AP/DISU - Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, foi celebrado o contrato n.º 62/2015 para o fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação



pública, com a empresa EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A., NIF 503 504 564, pelo valor global de 421.999,87 euros (quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e noventa e nove euros e oitenta e sete cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que o contrato terminou a 31/01/2016 e que se encontra concluída a execução física do mesmo e que já foram recebidas as faturas devidas pelos serviços prestados.

A Câmara Municipal, depois de analisado o processo, delibera proceder à aprovação de serviços a menos do P.A. n.º 24/2015-AP/DISU com o objecto o *“Fornecimento de eletricidade em baixa tensão normal para a totalidade das instalações municipais, incluindo iluminação pública, com início previsto em agosto de 2015 e até 31 de janeiro de 2016”*, no montante de 100.160,48€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, de acordo com o artigo 379.º, n.º 1 aplicável por remissão do artigo 454.º, n.º 6, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**29 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015 – RETIFICAÇÕES.**

918 - Considerando que em reunião de câmara de 21/01/2016 e 04/02/2016, foi deliberado emitir parecer prévio favorável, nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2015 e do Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, à celebração dos seguintes contratos de prestação de serviços:

**Deliberação camarária de 21/01/2016**

- Manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses;
- Controlo do escaravelho da palmeira (*Rhynchophorus ferrugineus* Olivier);
- Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande;
- Patrocínio judiciário em que o Município da Marinha Grande seja parte ou interveniente, pelo período de 24 meses.

**Deliberação camarária de 04/02/2016**

- Manutenção dos sítios de internet institucional e do orçamento participativo (Aplicação WMCitizen e aplicação WMParticipa).

Considerando que as deliberações referidas anteriormente foram fundamentadas, no que respeita à demonstração do cumprimento da redução remuneratória, nos seguintes termos:

*“ (...) nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:*

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;*
- Existência de cabimento orçamental;*
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;*
- Demonstração da impossibilidade do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, considerando que em sede de concurso público realizado no âmbito do PA 76/2015-AP/DFTI não foram apresentadas propostas por nenhum dos interessados mas apenas declarações da inexistência de condições para a apresentação das mesmas.(...)”*

Considerando que o último ponto do parágrafo transcrito anteriormente está incorreto pois não é adequado à demonstração do cumprimento da redução remuneratórias das prestações de serviços, cujos pareceres prévios foram deliberados a 21/01/2016 e 04/02/2016.

Considerando que a fundamentação correta a aplicar à globalidade das deliberações supra referidas é:

*“ (...) nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:*

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;*
- Existência de cabimento orçamental;*
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;*
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória, prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de setembro e no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015.(...) ”*

Considerando que em cada um dos processos se encontra atestado o cumprimento do preceituado no parágrafo anterior e que esta verificação foi efetivamente realizada pelos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

serviços aquando da instrução do processo e antes das deliberações tomadas nas reuniões camarárias de 21/01/2016 e de 04/02/2016.

**Face ao exposto a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, retificar as deliberações de 21/01/2016 e 04/02/2016, acima identificadas, respeitantes à emissão de parecer prévio vinculativo nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos seguintes termos:**

**Onde se lê**

*“Demonstração da impossibilidade do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, considerando que em sede de concurso público realizado no âmbito do PA 76/2015-AP/DFTI não foram apresentadas propostas por nenhum dos interessados mas apenas declarações da inexistência de condições para a apresentação das mesmas.”*

**Deve ler-se**

*“Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória, prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de setembro e no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015.”*

**Mais delibera que as retificações produzam efeitos às datas das deliberações referidas nos números anteriores.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**30 - RELATÓRIO DE AUDITORIA SEMESTRAL, 1.º SEMESTRE DE 2016, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 77 DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO**

919 - Presente Relatório de Auditoria Semestral elaborado pelo Auditor Externo do Município da Marinha Grande, relativo ao primeiro semestre de 2016, para cumprimento do preceituado na alínea d) do n.º 2 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e que respeita a informação sobre a situação económica e financeira da autarquia no período.

**A Câmara Municipal, após análise do mesmo, delibera tomar conhecimento do seu teor e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal para cumprimento da alínea d) do n.º 2 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

### **31 - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À ESCOLA BÁSICA PROF. FRANCISCO VERÍSSIMO**

920 - Presente informação da Área de Património n.º 1/2173/2016 de 15/12/2016, na qual é proposta a aceitação por parte desta autarquia, de equipamentos adquiridos pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Prof. Francisco Veríssimo e doados à referida escola.

**A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo que estes equipamentos podem contribuir para a melhoria das condições do referido estabelecimento de ensino delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aceitar a seguinte doação:**

Descrição do equipamento	Valor (€)
1 TELEVISOR	487,49 €
1 TELEVISOR	487,49 €
1 SISTEMA DE VÍDEO DVD	106,72 €
1 SISTEMA DE VÍDEO DVD	106,72 €
1 LEITOR CD	49,99 €
1 LEITOR CD	49,99 €
1 LEITOR CD	49,99 €
1 LEITOR CD	49,99 €
1 RELÓGIO DE PAREDE	7,45 €
1 RELÓGIO DE PAREDE	7,45 €
1 RELÓGIO DE PAREDE	7,45 €
1 RELÓGIO DE PAREDE	7,45 €
1 RELÓGIO DE PAREDE	7,45 €
1 RELÓGIO DE PAREDE	7,45 €
<b>TOTAL</b>	<b>1.433,07 €</b>

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **32 - DOAÇÃO DE OBRA DO ARTISTA JAVIER GÓMEZ**

921 - Presente carta de doação do artista Javier Gómez, com o registo webdoc E/4009/2016, relativa à peça nº 483 "*Espacio abierto XLVIII*" da sua autoria, que esteve patente no Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro, na exposição "*Javier Gómez, Retrospectiva*", de 31 de outubro de 2015 a 13 de março de 2016.

A peça tem um valor de mercado de 20.000 Euros, valorização esta atribuída pelo artista, de acordo com email e listagem anexa.

Atendendo à importância do artista e da sua obra, e em especial, à importância da obra supra referida para a valorização da coleção contemporânea em vidro do Museu do Vidro,

propõe-se a aceitação da doação e a integração da peça no acervo do Museu do Vidro para fins exclusivamente museológicos.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aceitar a doação da peça acima descrita pelo valor de 20.000 Euros, uma vez que se trata de um bem com interesse artístico e museológico para a vocação e objetivos do Museu do Vidro.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **33 - DOAÇÃO DE CONJUNTO DOCUMENTAL PERTENÇA DO SR. FERNANDO JESUS PEREIRA LUZ**

922 - Presente informação nº 1711/2016 de 21 de outubro, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - Arquivo Municipal, sobre a vontade manifestada pelo Sr. Fernando Jesus Pereira Luz, em doar um conjunto documental relativo à Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, cujas datas se situam entre 1827 e 1829.

Tal como a informação descreve, são cinco cartas enviadas pelo administrador da fábrica na Marinha Grande, José de Sousa Oliveira Sobrinho, a um dos arrendatários da mesma empresa, António Esteves Costa. Foi em 1827 que o Governo, após receber a Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande por vontade de João Diogo Stephens, procedeu ao seu arrendamento, sendo que, António Esteves Costa e o Barão de Quintela foram os primeiros arrendatários. A carta mais antiga, datada de 11 de julho de 1827, possui como anexo cópia do resultado da inquirição de testemunhas realizada na sequência de um incidente ocorrido na fábrica.

Além desta correspondência inclui-se na doação uma guia de remessa de material da fábrica para Lisboa, que acompanharia o transporte das peças.

Aos bens descritos, a doar à autarquia, foi atribuído o valor de 400 Euros, respeitante a sete documentos no total.

**A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo a que estes documentos contribuem para o conhecimento da história da fábrica e que vêm enriquecer o fundo documental desta empresa, delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aceitar a doação da documentação destinada a integrar o acervo do Arquivo Municipal da Marinha Grande, pelo valor total de 400 Euros.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **34 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE PARA PARTICIPAÇÃO EM PROVAS DO CAMPEONATO NACIONAL DE PATINAGEM DE VELOCIDADE**

923 - Presente informação da DCD I/1878/2016 datada de 10 de novembro de 2016 e a candidatura apresentada em 30 de setembro de 2015 pelo AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE, com o registo de entrada E/8153/2015, para apoio financeiro à participação dos atletas do Agrupamento em provas do Campeonato Nacional de Patinagem de Velocidade, tal como se descreve nos documentos remetidos pela entidade beneficiária em anexo (I).

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), a comissão de avaliação nomeada através do despacho n.º 525/2015 de 12 de novembro, reuniu e classificou a candidatura com 32,6 pontos.

A candidatura foi admitida em reunião de Câmara de 31 de março de 2016 nos termos do n.º 6 do artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 14.º, pelo que ficou selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198.

Considerando ainda os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais.

Considerando a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

Considerando as dificuldades em relação ao orçamento deste ano, e a impossibilidade de levar atempadamente a reunião de câmara os apoios financeiros às entidades que se candidataram;

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando a dificuldade pontual por parte dos nossos serviços de tratarem e apresentarem atempadamente os processos.

Considerando que as entidades têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Considerando, porém, o teor da informação jurídica de 12 de outubro de 2016, na qual se conclui a impossibilidade de atribuir apoios com efeitos retroativos, em que os serviços consideram não dever ser proposta a atribuição do apoio solicitado uma vez que as atividades estão praticamente concluídas;

**A Câmara Municipal apreciou a proposta e os documentos em anexo, e delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, um apoio financeiro de 3000,00€ (três mil euros) AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE, NIF 600076768, com sede na Rua Professor Alberto Nery Capucho, 2430-231 MARINHA GRANDE, para participação dos atletas do Agrupamento em provas do Campeonato Nacional de Patinagem de Velocidade, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/198.**

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de*

*uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."*

*Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação."*

### **35 - CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVAS A APOIOS PARA 2017.**

924 - Presente informação n.º 2054/2016 da DCD, datada de 10 de novembro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.



Considerando que foi rececionada a seguinte candidatura para apoio a projetos, atividades em outras áreas:

**Atividades Anuais**

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8278/2016	30/09/2016	Associação Protetora de Animais da Marinha Grande	506924211	Recolha e Tratamento de Animais Abandonados	Anual

Considerando que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando que a classificação da candidatura apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Considerando que a candidatura obteve uma pontuação de 32,6 pontos e a respetiva proposta de admissão em anexo;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Considerando o relatório proposta da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, as respetivas grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.

**A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:**

### **Atividades Anuais**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/8278/2016	Associação Protetora de Animais da Marinha Grande	506924211	Recolha e Tratamento de Animais Abandonados	32,6	Admitir

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.*

*Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”*

**36 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO  
1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE  
POENTE – ANO LETIVO 2015/2016 – 2.ª FASE**

925 - Presente informação nº 1890/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 11/11/2016, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;

Considerando que o Despacho nº 8452-A/2015, datado de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma;

Considerando que o referido despacho será a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área nomeadamente os Municípios, acabando desta forma com a dispersão de dispositivos legais que se vinham acumulando desde 2009;

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;

**Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.**

**A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente o seguinte subsídio:**

- **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente com sede na Rua Prof. Nery Capucho, 2430 – 231 Marinha Grande, n.º fiscal 600 076 768**

Total de Pedidos: 18

**Valor do subsídio escolar a atribuir 550,00€ (quinhentos e cinquenta euros)**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

### **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente**

TOTAIS ALUNOS	ALUNOS A	ALUNOS B	Excluídos	Total
PRÉ-ESCOLAR	3	4		7
1.º CEB	4	7		11
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>18</b>

TOTAIS VERBAS	ESCALÃO A	ESCALÃO B	Excluídos	Total	Ação Plano
PRÉ-ESCOLAR	150€	100€		<b>250€</b>	A/65
1.º CEB	160€	140€		<b>300€</b>	A/68
<b>TOTAL AGR. POENTE</b>				<b>550€</b>	

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/65/2015 e A/68/2015 do Plano de Atividades Municipais para 2015.

**Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 31 de janeiro de 2017, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **37 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2016/2017 – 1.ª FASE**

926 - Presente informação nº 1898/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 11/11/2016, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1.º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;

Considerando que o Despacho n.º 8452-A/2015, datado de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma;

Considerando que o referido despacho é atualmente a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área nomeadamente os Municípios, acabando desta forma com a dispersão de dispositivos legais que se vinham acumulando desde 2009;

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;

**Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.**

**A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente o seguinte subsídio:**

- Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente com sede na Rua Prof. Nery Capucho, 2430 – 231 Marinha Grande, n.º fiscal 600 076 768**

Total de Pedidos: 316

**Valor do subsídio escolar a atribuir 9.835,00€ (Nove mil oitocentos e trinta e cinco euros)**

**Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente**

TOTAIS ALUNOS	ALUNOS A	ALUNOS B	Excluídos	Total
PRÉ-ESCOLAR	63	37	12	112
1º CEB	102	84	18	204
TOTAL GERAL	165	121	30	316

TOTAIS VERBAS	ESCALÃO A	ESCALÃO B	Excluídos	Total	Ação Plano
PRÉ-ESCOLAR	3.150€	925€	0€	4.075€	A/66
1º CEB	4.080€	1.680€	0€	5.760€	A/69
TOTAL AGR. POENTE	7.230€	2.605€	0€	9.835€	

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/66/2015 e A/69/2015 do Plano de Atividades Municipais para 2015.

**Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 30 de setembro de 2017, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**38 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1.º, 2.º E 3.º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2016/2017.**

927 - Presente informação n.º 1893/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 04/11/2015 referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, referente aos 1.ºs, 2.ºs e 3.ºs períodos do ano letivo de 2016/2017.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento no referido Agrupamento para o ano letivo 2016/2017;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

**A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 setembro, delibera aprovar o subsídio constante no mapa seguinte, destinado a comparticipar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e jardins de infância, do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, referentes ao 1.º, 2.º e 3.º período do ano letivo 2016/2017.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

VALORES DO SUBSÍDIO

	2016	2017	Ação do plano
Pré-Escolar	2.400,00 €	4.800,00 €	A/56
1º Ciclo	4.350,00 €	8.700,00 €	A/61
AAAF salas	1.500,00 €	3.000,00 €	A/56
Mediatecas	270,00 €	540,00 €	A/61
Total	8.520,00 €	17.040,00 €	25.560,00 €

	2016	2017	Total
Poente JI	3.900,00 €	7.800,00 €	11.700,00 €
Poente EB	4.620,00 €	9.240,00 €	13.860,00 €
Total	8.520,00 €	17.040,00 €	25.560,00 €

- Subsídio no valor de 25.560,00€ (vinte e cinco mil quinhentos e sessenta euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Nery Capucho, 2430- 031 Marinha Grande, nº fiscal 600 076 768;

Estes apoios têm cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2015 A/56 e 2015 A/61, conforme descrito no mapa acima.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de receitas e despesas, complementado com cópia dos respetivos comprovativos de despesa, até 30 de setembro de 2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**39 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1.º, 2.º E 3.º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2016/2017.**

928 - Presente informação n.º 1892/2016 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 04/11/2015 referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, referente aos 1.ºs, 2.ºs e 3.ºs períodos do ano letivo de 2016/2017.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento no referido Agrupamento para o ano letivo 2016/2017;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da lei nº 75/2013, de 12 setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Dr.ª Amélia Cândida, Ponto da Boavista, 2430- 053 Marinha Grande, nº fiscal 600 075 761, um subsídio no valor de 25.740,00€ (vinte e cinco mil, setecentos e quarenta euros), referente ao 1º, 2º e 3º período do ano lectivo 2016/2017, destinado a comparticipar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens, conforme descrito no mapa seguinte:

VALORES DOS SUBSÍDIOS

	2016	2017	Ação do plano
Pré-Escolar	1.800,00 €	3.600,00 €	A/56
1º Ciclo	5.100,00 €	10.200,00 €	A/61
AAAF salas	1.500,00 €	3.000,00 €	A/56
Mediatecas	180,00 €	360,00 €	A/61
Total	8.580,00 €	17.160,00 €	25.740,00 €
Total Geral			25.740,00€

	2016	2017	Total
Nascente JI	3.300,00 €	6.600,00 €	9.900,00 €
Nascente EB	5.280,00 €	10.560,00 €	15.840,00 €
TOTAL FINAL			25.740,00€

Estes apoios têm cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2015 A/56 e 2015 A/61, conforme descrito no mapa acima.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas, complementado com cópia dos respetivos comprovativos de despesa, até 30 de setembro de 2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.



Como os processos relativos aos pontos 40 e 41 ainda não se encontravam presentes na reunião, o **Sr. Presidente** colocou à apreciação e votação o ponto 42.

#### **42 - APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA A FESTA DA EMBRA 2016.**

929 - Presente informação da DCD I/1883/2016 de 10 de NOVEMBRO DE 2016 e candidatura apresentada em 30 de setembro de 2015 pelo SPORTING CLUBE MARINHENSE (SCM), com o registo de entrada E/8129/2015, para apoio financeiro às Festas da Embra 2016.

O SCM propõe-se criar organizar a tradicional Festa Anual do Clube, tendo como objetivos angariar fundos, dinamizar a Embra e a comunidade em geral, angariar novos atletas e simpatizantes para o clube.

É um evento dinamizador da comunidade da Embra e da população da Marinha Grande em geral, uma vez que envolve muitos atletas, familiares e amigos, durante três dias.

O investimento foi orçamentado em 6.250€ (seis mil duzentos e cinquenta euros), que a entidade espera vir a angariar através do apoio da Câmara Municipal da Marinha Grande, Junta de Freguesia da Marinha Grande, donativos dos amigos do clube, empresas e venda de produtos.

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), a comissão de avaliação nomeada através do despacho n.º 525/2015 de 12 de novembro, reuniu e classificou a candidatura com 28,0 pontos.

A admissão da candidatura foi deliberada na reunião de Câmara de 31 de março de 2016, pelo que ficou selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Uma vez deliberada a admissão da candidatura pela Câmara Municipal, ficou selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da actividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da cultura, nos termos da alínea e), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua

redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza cultural de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/176.

Considerando ainda os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerando a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

Considerando o facto de que se trata de um evento de natureza cultural que envolve a comunidade local, durante três dias;

Considerando que a realização do evento visa promover a angariação de atletas e simpatizantes para o clube, bem como abrir a portas da instituição a toda a comunidade marinhense;

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das Festas;

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros;

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas;

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada agora aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta e os documentos em anexo, e delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, um apoio financeiro de 250€ (duzentos e cinquenta euros) ao SPORTING CLUBE MARINHENSE, NIF 501150544, com sede em RUA DE LEIRIA, N.º 111, EMBRA, 2430-091 MARINHA GRANDE, para apoio às Festas da Embra 2016 cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/176.**

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.*

*Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto favoravelmente porque não poderia ir contra uma proposta que visa apoiar uma coletividade.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

*No entanto, chamo a particular atenção para o facto de ser a primeira vez que se apoia financeiramente a realização da festa anual de uma coletividade.  
Nestes termos chamo a atenção do executivo permanente para que deverá ter um procedimento idêntico para todas as festas anuais das coletividades do concelho."*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho subscreveu na íntegra a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira.**

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Quero que fique em ata que em agosto de 2015 foi apoiada a festa de Casal Galego, com a qual também não concordei mas não estava cá, e por isso queria o ponto retirado.*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião nesta altura, para almoço, que decorreu das 13:05 horas às 15:15 horas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** chegou à reunião às 15:30 horas, após a votação do ponto 43, razão pela qual não votou o referido ponto, bem como os pontos 40 e 41.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**40 - APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA OBRAS DE REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, DOS BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO, PINTURA INTERIOR E EXTERIOR DAS INSTALAÇÕES DO SPORTING CLUBE MARINHENSE, REPARAÇÃO DO PAVIMENTO DO RECINTO DESPORTIVO E DA ÁREA ENVOLVENTE DO MESMO, EM 2016.**

930 - Presente informação da DCD I/2261/2016 de 26 de dezembro de 2016 e candidatura apresentada em 30 de setembro de 2015 pelo Sporting Clube Marinhense (SCM), com o registo de entrada E/8120/2015, posteriormente completada e reformulada através do registo de entrada E/6607/2016 de 2 de agosto, para realização de obras de remodelação de instalações sanitárias, dos balneários do pavilhão, pintura interior e exterior das instalações do sporting clube marinhense, reparação do pavimento do recinto desportivo e da área envolvente do mesmo, em 2016, cujos trabalhos estão descritos nos documentos remetidos pela entidade beneficiária em anexo (A).

Presente deliberação de 1 de setembro de 2016 relativa à intenção de atribuição de um apoio financeiro ao Sporting Clube Marinhense (SCM), para realização de obras de remodelação de instalações sanitárias, dos balneários do pavilhão, pintura interior e

exterior das instalações do sporting clube marinhense, reparação do pavimento do recinto desportivo e da área envolvente do mesmo, em 2016 (anexo B).

O SCM propõe-se criar condições para receber os atletas do clube e visitantes, alunos das escolas do concelho e restante população da cidade. As obras permitir-lhes-ão uma melhor organização de horários de utilização, maior disponibilidade na utilização das instalações e maior eficiência energética. Pretendem ainda alargar o universo de atletas, bem como abrir as portas da instituição a toda a comunidade marinhense em condições dignas.

O investimento foi orçamentado em 180.000,00€ (cento e oitenta mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que a entidade espera vir a cobrir através do apoio da Câmara Municipal da Marinha Grande, Junta de Freguesia da Marinha Grande e donativos dos amigos o clube e empresas.

Segundo documentação em anexo a obra encontra-se isenta de controlo prévio nos termos do RJEU e RMEU.

Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), a comissão de avaliação nomeada através do despacho n.º 525/2015 de 12 de novembro, reuniu e classificou a candidatura com 35,8 pontos.

A candidatura foi admitida em reunião de Câmara de 1 de setembro de 2016 nos termos do n.º 6 do artigo 13.º e do n.º 4 do artigo 14.º, pelo que ficou selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Uma vez deliberada a admissão da candidatura pela Câmara Municipal, ficou selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/197.

Considerando ainda os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais.

Considerando a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento.

Considerando o facto de que se tratar de uma obra de remodelação que permitirá criar condições adequadas para que a entidade possa receber atletas do clube e visitantes, alunos das escolas do concelho e restante população da cidade, bem como uma melhor organização de horários de utilização, maior disponibilidade na utilização das instalações e maior eficiência energética.

Considerando que a realização das obras lhes permitirão alargar o universo de atletas, como como abrir a portas da instituição a toda a comunidade marinhense em condições dignas.

Considerando ainda a certidão do registo na conservatória apresentada pelo Sporting Clube Marinhense e respetivos esclarecimentos apresentados, na qual está registada uma hipoteca desde 2005/08/10, sobre o prédio que será alvo das obras de remodelação agora candidatas a apoio financeiro, para garantia de pagamento de todas as obrigações pecuniárias, emergentes de um financiamento concedido pelo Banco Comercial Português, sob a forma de empréstimo, com um capital de 200.000,00 (duzentos mil euros) e um montante máximo assegurado de 270.636,00€ (duzentos e setenta mil, seiscentos e trinta e seis euros), que segundo esclareceu o SCM, já foi integralmente liquidada em agosto 2015 sem que tenha sido pedido o distrate (anexo C).

Considerando a cópia da declaração do Banco Comercial Português SA, datada de 20 de outubro de 2016, entregue pelo SCM, através da qual o BCP declara, entre outras, que autorizou o cancelamento da inscrição hipotecária AP. 11 de 2005/08/10 da Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, que incide sobre o prédio, descrito na aludida Conservatória sobre o n.º 15407, da freguesia da Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, por já não ter interesse na sua subsistência, e que o crédito garantido pela hipoteca mencionada deixa de estar afeto ao cumprimento das obrigações hipotecárias, com o respetivo termo de autenticação (anexo D)

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes da realização das obras pelo clube.

Considerando as dificuldades em relação ao orçamento deste ano, e a impossibilidade de levar atempadamente a reunião de câmara os apoios financeiros aos clubes.

Considerando os atrasos na entrega de documentos para que os clubes reunissem as condições necessárias para levar à câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando que os clubes têm visto até agora, e durante todos estes anos passados, os apoios financeiros serem atribuídos pela Câmara Municipal, muitas vezes depois da realização das iniciativas.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada aos clubes a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta e os documentos em anexo, e delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, um apoio financeiro de 60.000,00€ (sessenta mil euros) ao SPORTING CLUBE MARINHENSE, NIF 501150544, com sede em RUA DE LEIRIA, N.º 111, EMBRA, 2430-091 MARINHA GRANDE, para realização de obras de remodelação de instalações sanitárias, dos balneários do pavilhão, pintura interior e exterior das instalações do Sporting Clube Marinhense, reparação do pavimento do recinto desportivo e da área envolvente do mesmo, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/197.**

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**A votação deste processo só foi efetuada no início do período da tarde.**

**Como o Sr. Vereador Aurélio Ferreira só chegou às 15:30 horas, não votou.**

**41 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – SPORTING CLUBE MARINHENSE.**

931 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os *“Critérios de Financiamento à Atividade Física* aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas actualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos—programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que o Sporting Clube Marinhense apresentou em 21 de novembro de 2016 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para as modalidades de Basquetebol, Hóquei em Patins e Patinagem Artística na época 2016/2017, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/195.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:**

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
SPORTING CLUBE MARINHENSE	501150544	31.225,00 €
TOTAL		€

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/195 do Plano de Atividades Municipais.**

**Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**A votação deste processo só foi efetuada no início do período da tarde.**

**Como o Sr. Vereador Aurélio Ferreira só chegou às 15:30 horas, não votou.**

#### **42 - APOIO FINANCEIRO AO SCM PARA A FESTA DA EMBRA 2016.**

Este ponto foi votado no período da manhã.

#### **43 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2016/2017 – SPORT LISBOA E MARINHA.**

932 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os *“Critérios de Financiamento à Atividade Física* aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos—programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em Setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano.

Considerando que o Sport Lisboa e Marinha apresentou em 30 de setembro de 2016 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Futebol na época 2016/2017, em anexo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/195.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:**

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
SPORT LISBOA E MARINHA	501219340	8.800,00 €
<b>TOTAL</b>		<b>€</b>

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/195 do Plano de Atividades Municipais.**

**Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**A votação deste processo só foi efetuada no início do período da tarde.**

**Como o Sr. Vereador Aurélio Ferreira só chegou às 15:30 horas, não votou.**

**44 - APOIO FINANCEIRO À CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA DA MOITA E MARINHA GRANDE PARA REALIZAÇÃO DE UM FESTIVAL HIPICO EM 2015 - INCUMPRIMENTO DO CONTRATO-PROGRAMA E EXCLUSÃO DA CANDIDATURA RELATIVA AO ANO DE 2016 – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira solicitou a presença da Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Dr.ª Catarina Carvalho, e o Chefe da Divisão Jurídica e de**

**Comunicação, Dr. Miguel Crespo**, para esclarecer os Srs. Vereadores relativamente aos contratos-programa e aos efeitos retroativos dos apoios financeiros.

Face aos esclarecimentos prestados, foi decidido retirar o assunto da ordem do dia para análise jurídica.

**45 - APOIO FINANCEIRO CLUBE DESPORTIVO MOITENSE PARA REALIZAÇÃO DO DA 64.ª CIRCUITO DE CICLISMO E PROGRAMA DE FUNCIONAMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE EM 2015 - INCUMPRIMENTO DE CONTRATOS-PROGRAMA, DEVOLUÇÃO DE VERBAS E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVA AO ANO DE 2016 E 2017**

Face aos esclarecimentos prestados pela **Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Dr.ª Catarina Carvalho**, e pelo **Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo**, foi decidido retirar o assunto da ordem do dia para análise jurídica.

**46 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SÃO SILVESTRE PARA SUPORTE DAS DESPESAS COM A CONSTRUÇÃO DA FASE 1.1. DAS FUTURAS INSTALAÇÕES DO SERVIÇO DOMICILIÁRIO, CENTRO DE DIA, CENTRO DE CONVÍVIO E ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS. ADITAMENTO**

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** fez a apresentação da proposta.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** congratulou-se com esta decisão e endereçou os seus cumprimentos ao executivo permanente, porque em função de um problema encontrou uma solução.

Pediu que, inspirado nesta decisão, o executivo tome igualmente uma decisão para os outros clubes.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu o relatório do diagnóstico social.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que também se congratulava com esta decisão, prova de que quando se quer e há vontade política até se encontra enquadramento jurídico. Espera que a S. Silvestre não seja a exceção mas sim a regra.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que concorda com o que foi dito e espera que esta decisão sirva de alavanca para o futuro em casos análogos, porque quer fazer sempre parte da solução e não do problema.

**Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

933 - Presente deliberação de Câmara de 03 de novembro de 2016 relativa à atribuição de uma subvenção pública à São Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita, para suporte das despesas com a construção da Fase 1.1 das futuras instalações do Serviço Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial para Idosos.

Presente relatório remetido pela entidade, para cumprimento da alínea n.º 4 da cláusula 4.ª do contrato programa, e os dois relatórios de apreciação dos serviços, nos quais se apurou que a entidade só executou até ao dia 27 de dezembro de 2016 uma parte dos trabalhos relativos à fase 1.1, no total de 100.682,29 euros, sem IVA.

Considerando que a entidade não conseguiu concluir as obras relativas à Fase 1.1 e a que já possui materiais para conclusão das obras no local, estando os trabalhos a decorrer.

Considerando que a entidade garante que conseguirá concluí-las até 28 de fevereiro de 2017.

Considerando que sem o apoio financeiro do Município da Marinha Grande a entidade não tem capacidade financeira para suportar as despesas que se previa que fossem apoiadas financeiramente.

Considerando que sem este apoio está em risco a totalidade do projeto objeto do apoio financeiro.

Considerando que de acordo com o Diagnóstico Social, aprovado em reunião do CLAS no passado dia 13 de outubro de 2016, a problemática dos idosos encontra-se definida como prioritária e urgente, tendo por base os dados estatísticos e os dados recolhidos junto das instituições concelhias que desempenham atividades nesta área.

Considerando que segundo os dados plasmados no Diagnóstico Social, através da consulta das estatísticas do INE, o índice de envelhecimento do concelho é de 132,4%, ou seja, o número de pessoas com 65 e mais anos, por cada 100 pessoas menores de 15 anos é de 132,4%, existindo 7565 pessoas com 65 e mais anos e 5716 cujas faixas etárias se situam entre os 0 e 14 anos de idade.

Considerando que a tendência do envelhecimento demográfico se manterá nos próximos anos, consequência do declínio da natalidade, mortalidade e do aumento da esperança de vida, estimando-se que no ano de 2020, 20% da população nos países desenvolvidos terá 65 e mais anos.

Considerando que na análise SWOT do Diagnóstico Social correspondente à problemática dos idosos são apontadas as seguintes fraquezas:

- A maioria das respostas sociais do concelho estão na sua capacidade máxima;

- Congestionamento de serviços de centro de dia e centro de convívio com idosos muito dependentes;
- População internada em estrutura residencial muito dependente;
- Grande sinalização de idosos em situação de isolamento social e exclusão social sem respostas.

Considerando que a S. Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita é uma associação que desenvolve atividade não só na freguesia da Moita, como na Marinha Grande, colmatando necessidades onde as suas congéneres já não possuem capacidade de resposta.

Considerando que as futuras instalações da São Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita são cruciais para a continuidade dos serviços prestados aos utentes, não só para dinamizar novas valências (Estrutura Residencial), mas eventualmente aumentar a capacidade de respostas através do aumento dos Acordos de Cooperação já celebrados com o Centro Distrital de Leiria, podendo vir, num futuro próximo, a abranger um maior número de utentes bem como a criar novas valências.

Considerando que a freguesia da Moita não possui qualquer outra resposta social na área dos idosos, considerando-se que o crescimento da única associação que o faz é de extrema importância para a freguesia, concelho, concelhos limítrofes e até nível nacional, tendo em conta que as IPSS desta natureza, acolhem muitas vezes utentes de outras zonas do país, dado a incapacidade de resposta das mesmas.

**A Câmara Municipal, reconhecendo a importância deste projeto para o concelho da Marinha Grande, delibera, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, realizar até 30 de dezembro de 2016 o pagamento da totalidade do apoio financeiro atribuído à S. Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita na reunião de Câmara de 3 de novembro de 2016, concedendo-lhe um prazo de até 28 de fevereiro de 2017, para apresentação de um relatório nos termos do previsto na adenda ao contrato em anexo.  
Mais delibera aprovar a adenda ao contrato programa n.º DCD-2016/18 em anexo.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **47 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CLUBE DE ATLETISMO DA MARINHA GRANDE – INCUMPRIMENTO DE CONTRATO-PROGRAMA**

Face aos esclarecimentos prestados nesta reunião pela **Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Dr.ª Catarina Carvalho**, e pelo **Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo**, foi decidido retirar o assunto da ordem do dia para análise jurídica.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

#### **48 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE – INCUMPRIMENTO DE CONTRATO-PROGRAMA**

Face aos esclarecimentos prestados nesta reunião pela **Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Dr.ª Catarina Carvalho**, e pelo **Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo**, foi decidido retirar o assunto da ordem do dia para análise jurídica.

#### **49 - CLUBE DESPORTIVO “OS VIDREIROS” – INCUMPRIMENTO DE CONTRATO-PROGRAMA**

Face aos esclarecimentos prestados nesta reunião pela **Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Dr.ª Catarina Carvalho**, e pelo **Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo**, foi decidido retirar o assunto da ordem do dia para análise jurídica.

#### **50 - APOIO FINANCEIRO AO CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA PARA COLOCAÇÃO DE UM RELVADO SINTÉTICO NAS SUAS INSTALAÇÕES**

934 - Presente deliberação de 1 de setembro de 2016 na qual a Câmara Municipal deliberou a intenção de vir a atribuir um apoio financeiro ao Clube Desportivo da Garcia para a colocação de um relvado sintético nas suas instalações assim que a entidade regularizasse todos os impedimentos que impossibilitavam a atribuição do apoio financeiro, concedendo-lhe um prazo de 10 dias úteis para proceder à entrega de todos os documentos em falta e à regularização da situação fiscal.

**Considerando que a entidade regularizou a sua situação, o apoio financeiro foi atribuído em reunião de câmara de 20 de outubro de 2016, tendo a entidade comprovado em dezembro de 2016 a execução do objeto do contrato e sido efectuado o pagamento do apoio financeiro.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de*

*uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."*

*Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída (ou não) e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação."*

## **51 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e oito de dezembro de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 11.094.639,35 €** (onze milhões, noventa e quatro mil, seiscentos e trinta e nove euros e trinta e cinco cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
29/12/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 34

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

935 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião

O conteúdo da presente reunião fica integralmente registado em suporte digital.
---